

Portugal Colonial

REVISTA DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COLONIAL

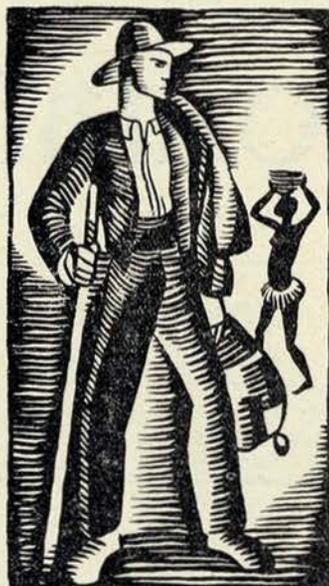
<p>FUNDADOR HENRIQUE GALVÃO DIRECTOR, ADMINISTRADOR E EDITOR ANTÓNIO MURALHA SECRETÁRIO DA REDACÇÃO F. ALVES DE AZEVEDO</p>	<p>SEDE <i>RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º</i> <i>End. Telegráfic: MINERVA</i> <i>Telefone 24253</i> PROPRIEDADE DA EMPRESA PORTUGAL COLONIAL NÚMERO 64</p>	<p>PREÇO AVULSO Metrópole..... 3\$00 Colónias..... 4\$00 (ASSINATURAS) Metrópole (6 meses)... 18\$00 Colónias (6 meses)... 24\$00</p> <p>COMPOSTO E IMPRESSO OTTOSGRAFICA LIMITADA Conde Barão, 50 — LISBOA</p>
--	---	---



SUMARIO

A 1.ª CONFERÊNCIA ECONÓMICA DO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS	***
PRIMEIRA CONFERÊNCIA ECONÓMICA DO IMPÉRIO.....	***
PÁGINA LITERÁRIA—DO LIVRO «ÁFRICA».....	<i>João Augusto</i>
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE.....	<i>General Joshué Henry e C. M.</i>
NO ESTRANGEIRO	***
CRÓNICA DO MÊS.....	<i>H. G.</i>
NOTAS DO MÊS.....	***
INFORMAÇÕES, ETC.....	***
PORTUGAL COLONIAL	

A 1.^a Conferência Económica do Império Colonial Português



ESTÁ decorrendo em Lisboa a primeira Conferência Económica do Império.

De tôdas as províncias de Portugal vieram à capital representantes — decerto os mais idóneos — dos interesses políticos, materiais e morais do Império: todos portugueses, todos amadores do seu País e todos

com o desejo de contribuírem para aclarar e resolver os problemas cuja solução mais interessam à unidade portuguesa.

Com esta Conferência inaugura-se um ciclo novo na nossa Política Colonial: o que se pode chamar o ciclo da política de solidariedade entre as diferentes partes do Império.

Depois de experiências, mais ou menos infrutuosas, sobre política de descentralização e política de centralização — entra-se decididamente nos processos da única política digna de objectivos da nacionalidade: a política de solidariedade.

As Colónias juntamente com a Metrópole vêm depor na mesa dum Congresso os seus problemas — o sistema dos seus pro-

blemas — e procuram resolvê-los no interesse comum e, por consequência, em regime de unidade.

Este é o grande acontecimento político do ano colonial de 1936.

¿ Quais serão os resultados da Conferência ?

Não faltam derrotistas, recrutados entre aqueles que são mais pródigos na crítica do que na Arte, ou entre os que apenas sabem invejar — que desde já andam a boquejar pelos cafés e centros de cavaco que da Conferência nada resultará.

Nós julgamos que da Conferência sempre resultará alguma cousa. Não as maravilhas que se exigem dos acontecimentos para se lhes conceder legitimidade — mas o que razoavelmente é legítimo apenas dum primeiro Congresso.

Foram apresentados numerosos trabalhos.

Cada colónia pôs sobre a mesa os seus problemas mais instantes.

Mesmo que não se resolvam êsses problemas não é inútil nem ocioso agitá-los.

Julgar que todos se vão milagrosamente resolver é pretenciosamente ridículo.

Inaugurou-se a Conferência solenemente, na sala da Câmara Corporativa, no magnífico palácio de S. Bento, sob a presidência do Chefe do Estado.

Entre os assistentes e os congressistas, viam-se além do Presidente do Conselho, Presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, Ministros, S. E. o Cardial Patriarca, o corpo diplomático acreditado em Portugal, os mais altos representantes da política e do funcionalismo, do pensamento e das Artes.

Primeira Conferência Económica do Império

SESSÃO INAUGURAL

O Discurso do Sr. Presidente do Conselho

SERIA porventura difficilmente compreensível que o chefe do Governo nada tivesse a dizer quando se inauguram as conferências económicas do Império e se procede à abertura solene da primeira. Menos se compreenderia que a mim e não ao sr. Ministro das Colónias coubesse ao mesmo tempo o encargo e a honra do discurso principal desta sessão, e quem sabe se o exame dos múltiplos problemas cujo estudo se considerou necessário ou cuja solução foi reputada urgente no actual momento.

De pouco serviria a discussão dos princípios fundamentais de grande orientação nesta

matéria, aliás já assentes na política do Governo ou até consagrados em textos constitucionais. Importa sobretudo, sem perdê-los de vista, estudar nestas conferências a parte obrigatória objectiva e prática de cada problema que interessa ao conjunto do Império ou a qualquer parte dêste e à economia metropolitana, e chegar por aí às soluções imediatas. Impedido de entrar nesta discussão, levam-me naturalmente as circunstâncias, desde que por outro lado pretendo evitar literárias divagações sobre a grandeza imperial, a relembrer as bases da unidade económica que Portugal deve constituir com as suas colónias ou a rectificar, em caso de necessidade, algumas atitudes mentais ou erradas posições de espírito em matéria de tão largo alcance que pequeno desvio inicial poderá produzir pelo andar dos tempos conseqüências de maior gravidade.

Na documentação corrente da vida que nos passa pelas mãos—queixas, reclamações, planos, discursos, artigos que se escrevem ou lêem de cá e de lá—não é muito difficil descobrir por vezes o ligeiro rasto de conceitos que no fundo, bem no fundo, não são precisamente os que hão-de inspirar a nossa acção.

Para alguns espíritos as Colónias deveriam constituir uma espécie de quintas de luxo, a que demais não faltaria a vegetação luxuriante das plantas exóticas, para cuja manutenção e preparo, agrado ou interesse de estranhos se deveriam destinar, sem conta ou medida, os rendimentos das demais terras ou gentes. Para outros seriam precisamente o inverso—campos ou indústrias de renda que

Os melhores e mais cotados valores do País demonstraram assim o interesse que lhes merece tão alto acontecimento.

A Portugal Colonial, que dedica este número à 1.ª Conferência Económica do Império Português, pondo em relevo a alta importância que reveste, arquivada nas suas páginas o formidável discurso inaugural pronunciado pelo sr. dr. Oliveira Salazar e os discursos substanciaes do sr. Ministro das Colónias e dr. Marques Mano que nesta sessão falou em nome dos delegados das Colónias.



General Carmona—Presidente da República

permissões ao absentista vagamente interessado a vida ociosa entre as delícias da civilização. Nascem estas posições mentais de sentimento ou de interesses particulares, não da razão política esclarecida, e por esse motivo não coincidem nem numa nem noutro com os três grandes princípios definidos no Acto Colonial.

«A Metrópole e as Colónias, pelos seus laços morais e políticos, têm na base da sua economia uma comunidade e solidariedade natural...». «Os regimes económicos das Colónias são estabelecidos em harmonia com as

necessidades do seu desenvolvimento, com a justa reciprocidade entre elas e os países vizinhos e com os direitos e legítimas conveniências da Metrópole e do Império Colonial Português». «Pertence à Metrópole, sem prejuízo da descentralização garantida, assegurar pelas suas decisões a conveniente posição dos interesses que... devem ser considerados em conjunto nos regimes económicos das Colónias.

Se bem se lê e entende, não há aqui lugar a supôr-se qualquer destas economias ajuda, auxílio, mero suplemento de outra, mas tôdas



Dr. Oliveira Salazar—Presidente do Conselho!

hãode considerar-se complementares na formação do todo económico correspondente ao todo político e nacional. Estes os conceitos, a luz e o guia da acção comum a desenvolver e cujos fundamentos se encontram nos factos dominantes da nossa economia. São esquematicamente os seguintes quanto à população, à produção e ao comércio.

Estamos na metrópole e nas ilhas adjacentes com 7 milhões de indivíduos, depois de termos cedido, só ao Brasil, e nos últimos cinquenta anos, mais de um milhão de emigrantes. O crescimento anual da população, saldo dos nascimentos e dos óbitos, é superior a 80 mil, já foi quasi de 90, será em breve de 100 mil: um milhão em cada dez anos. Se não intervierem causas extraordinárias, sobretudo se não contaminar os portugueses a esterilidade da chamada civilização moderna e mesmo que se mantenha na clara visão do interesse nacional a preferência brasileira pelo emigrante português, teremos em trinta anos de dar agasalho e sustento a 9 e 10 milhões de portugueses.

Em 1864 tínhamos 45,5 habitantes por quilómetro quadrado; em 1890, 55; em 1930, mais de 74, em média, com 335 no distrito do Porto, 330 no de Lisboa, 260 no do Funchal, 152 em Braga. Quando chegarmos a 9 milhões

teremos para todo o continente e ilhas mais de 100 habitantes por quilómetro quadrado. Não é possível fazer viver da terra em Portugal esta cifra de população, cujo teor de vida baixaria sucessivamente, se não pudessem ser abertos outros caminhos à sua actividade.

O balanço feito pelos serviços competentes do Ministério das Obras Públicas e Comunicações às possibilidades de rega no continente, por meio de obras custosas, não vai além de 150.000 hectares, dos quais a primeira fase, constituída por 80.000, importaria em 600.000 contos, e bastantes anos de construção, preparação dos terrenos e adaptação à cultura do regadio. Mesmo que supusessemos o aproveitamento integral das terras irrigáveis e baixássemos para um hectare o lote a distribuir por família, teríamos conseguido estabelecer 150.000 famílias, e, a 4 ou 5 pessoas por família, 600 a 700 mil indivíduos. Ficamos longe de uma absorção total.

Os incultos do País, sobretudo do Alentejo, já nem sequer existem como imagem literária ou bandeira política. Dum modo geral



Dr. Francisco José Vieira Machado—Ministro das Colónias

pode dizer-se que está aproveitado o que podia sê-lo, salvo a valorização proveniente de se converter em regadio parte do que era de sequeiro e o aproveitamento a fazer pelos serviços florestais das dunas e das serras. Resta ainda uma aberta—aumentar a produção bruta por hectare, o que é geralmente possível com melhor técnica, mas para se elevar o nível das populações rurais, continuar barata a vida e não criar ambiente desfavorável às indústrias é necessário que se eleve também com ela o rendimento líquido da terra—do que resultará maior capacidade para alimentar a população, sem possibilidade de lhe absorver tódá a fôrça de trabalho.

Esta população, em aumento que a agricultura não poderá alimentar ou, se puder alimentar, não pode absorver, está diante de nós, em poucos anos, como problema que demanda soluções, e não vejo outras senão a emigração colonial e mais intensa industrialização do País. Com a indústria podem absorver-se os braços sobrantes; só por meio dela se tornam possíveis, sem miséria, as altas densidades da população, mas é preciso criar-lhe condições de algum favor para o seu desenvolvimento.

Por maiores que sejam os progressos da indústria nacional nos últimos anos — e são evidentes—alguma inferioridade lhe há-de entorpecer a marcha ainda durante bastante tempo, inferioridade proveniente da estreiteza dos mercados, da deficiência da técnica, de efeitos de organização, do preço da fôrça motriz, das condições em que se abastece das matérias primas. Pois bem: em tais circunstâncias é lógica esta solução—que as colónias produzam e vendam à metrópole as matérias primas e com o preço destas lhe adquiram os produtos manufacturados.

O género de trabalho estará em harmonia com a densidade das populações; a produção casar-se-á intimamente com as condições naturais e económicas; o intercâmbio afirmará o carácter complementar das economias; os portugueses à frente da navegação, movimentando o comércio, explorando as minas, dirigindo ou orientando a agricultura, fixando-se na terra tornarão inequívoca a mesma essência da Nação. E nenhum obstáculo a tal programa me parece advir das actuais condições da política económica mundial; antes nenhum outro momento se afiguraria mais propício para a sua execução.

«Nós continuamos defendendo e aplicando,

escrevia eu há pouco, princípios de moderado protecção, de liberdade comercial e de liberdade de transferências, quando, em face de nós, com muito poucas excepções, se levanta um mundo que se rege por princípios diferentes: contingentes, licenças de importação, descrições de países e de mercadorias, restrições cambiais, taxas interiores, guerras aduaneiras estão na ordem do dia, percorrem o globo, trasladam-se de país para país. Verdade seja que, emquanto por nosso lado temos vivido, os resultados alheios não parecem corresponder às expectativas, pelo que se deve desconfiar da eficácia de tais processos; mas é verdade também que desse modo encontramos muitas portas fechadas ao nosso comércio, que as não fecha a ninguém, e isso nos causa embaraços e, em certos casos, nos coloca em grande inferioridade».

Cada qual pretende bastar-se a si próprio, o inútil é nestas economias que tem a agressividade doentia de miséria, encontrar fórmulas de transigência ou colaboração amiga. Tódá a política se faz por dinheiro ou produtos. Ora, sem qualquer compensação nós damos, a países estrangeiros, feitas tódas as correcções possíveis no «deficit» comercial da Metrópole e das Colónias, 500 a 600 mil contos, grande parte dos quais de géneros e matérias primas que são ou podem ser produzidos aqui ou no Império Colonial. Nenhum princípio, conveniência ou interesse nos pode levar a preferir economias estranhas à nossa própria economia, se os seus agentes têm a consciência desta unidade e dos deveres que impõe para não verem somente em regimes de favor a fonte de lucros parasitários.

Este programa, que não é já programa do Governo, escolhido em harmonia com as preferências das pessoas ou ideias do momento, mas verdadeiramente programa da Nação imposta pelos mais elevados interesses materiais e políticos da colectividade, a cumprir em decénios ou em séculos seguidos, como foram os descobrimentos e a colonização do Brasil, este programa, aqui apenas esboçado a largos traços, quem vai fazê-lo passar da palavra à acção? O impulso e direcção do Estado, o trabalho pertinaz dos portugueses.

Ponho, como é de justiça, em primeiro lugar o esforço dos portugueses que nós vimos descobrir, missionar, colonizar as mais longínquas e inhóspitas regiões, deixar os traços da sua língua, da sua arte, da sua religião, da sua estrutura mental na África, no Oriente e

no Brasil. Vêmo-los ainda hoje, quando outros, falhada a sua especulação bolsista ou o seu comércio, abandonam em massa as terras de colonização, em busca de outras ou de nenhuma, vêmo-los agarrados afincadamente ao torrão, baixando sucessivamente o nível de vida adaptando-se às dificuldades e privações até quasi roçarem pela miséria, lutando contra o clima e as doenças, as chuvas e as secas, as pragas e os baixos preços, mas mantendo, por teimosia heróica, a ocupação e a posse, por que acima de tudo e com prejuízo de tôdas as ambições mesmo legítimas, *ali é Portugal*.

Nenhum esforço do Estado—e este há-de desenvolver a sua acção como daqui a pouco direi—é comparável ao trabalho persistente, comandado pelo patriotismo ou a simples necessidade de viver de milhares, centenas de milhar ou de milhões de indivíduos: muitas falsas ideias vivem nas inteligências a este respeito. Compreende-se que o homem civilizado, conhecendo por experiência tôda a gama das necessidades modernas e a formidável aparelhagem científica e técnica existente para lhes fazer face nos velhos países, colocado ante extensões interminadas de terrenos virgens, tesouros ao alcance dos braços, a riqueza potencial, inexplorada das forças naturais, anseie pela transplantação integral de tôda a civilização, visiona a mágica transformação de países atrasados na feição de outros que levaram milénios a fazer-se e apele para o Estado como a grande divindade dos nossos dias. Sem dúvida o potencial técnico, financeiro e de população da civilização moderna há-de permitir aos povos ainda atrasados mais rápida evolução no sentido da valorização dos elementos naturais, das riquezas e da forma de viver do que a percorrida pelas nações que por si tomam o encargo civilizador; mas sempre ficará verdade não poder comparar-se a acção do Estado em tudo o que lhe não cabe exclusivamente por imposição da sua essência ou da sua estrutura, com a acção do agregado populacional.

Não sei já onde e quando disse (mas desejava que estivesse tal conceito sempre presente no espirito de todos) constituir o Estado a mais poderosa economia dentro da Nação, mas ser êle bem pouca coisa se compararmos ao conjunto da economia nacional. Um exemplo à vista: a última invernia, prolongando-se insistentemente por mais de quatro meses, não é demais supor-se que fez perder 60 dias

de trabalho a 1 milhão de trabalhadores; computando-se o salário médio de 7 a 8 escudos, a população sobretudo rural, teria perdido 500 a 600 mil contos de salários. O Estado, impossibilitado por seu turno de activar os seus trabalhos, só pôde minorar a miséria das populações com escassos centos ou milhares de contos de donativos. O resto suportou-o a economia pela sua resistência natural.

Outro exemplo: a colheita de trigo de 35 andou por 640 milhões de quilogramas, com o valor aproximado de 900 mil contos, a de 36 mal atingirá 250 milhões com o valor de 350 a 400 mil. Representa esta quebra o prejuízo de 600 mil contos, quando tôda a contribuição predial cobrada pelo Estado em relação às terras dedicadas a essa cultura não deve ir além da décima parte da perda verificada.

Outro ainda: de 1930 para 1931 a nossa importação e exportação reunidas baixaram 600 mil contos, traduzidos em transportes, em produtos, em preços, em negócios. O Estado não poderia intensificar as suas obras do primeiro para o segundo daqueles anos senão em escassas dezenas de milhar de contos, que não tinham a pretensão de ser compensação suficiente.

E se preferirmos um facto recente de ordem colonial, diremos que não são também comparáveis os prejuízos causados às economias particulares em Angola pela praga de gafanhotos no último ano e o empréstimo gratuito de 10 mil contos feito à colónia para a combater.

Temos por outro lado o seguinte: a organização de mercado de arroz com sua estabilidade de preços e segurança da venda do produto fez em pouco tempo o que as patas nunca puderam fazer; a protecção aduaneira foi insufficiente para garantir quanto mais para fomentar a pesca nacional do bacalhau que a organização dos interessados salvou e está em vias de fazer prosperar, através das oscilações do mercado mundial; a melhoria de preço das frutas, dos vinhos e das conservas, obtida pela disciplina da concorrência e pela regularização da produção e comércio, fez pela economia nacional o que os tratados por si não conseguiram. Fartos exemplos tomados ao acaso da vida corrente ilustrariam convincentemente a tese que me é cara; a obra da colonização, a valorização da popu-

lação portuguesa e da sua actividade, a solução de problemas económicos que interessem imediatamente ou em curto período, intensificando-a, à actividade metropolitana e colonial, solidárias ou complementares, deixam a perder de vista a simples acção política ou financeira do Estado, cujo fetichismo, a persistir, além da errada visão, acusaria estados de espírito de decadência. Pagar o Estado dívidas e prejuízos, reconstituir com o seu dinheiro capitais que não existiram nunca, tomar para si os negócios que deixaram de render, cancelar por sistema créditos mal utilizados, autorizar fornecimentos que salvariam este ou aqueloutro não pode pedir-se nem fazer-se, porque não está aí o interesse geral. O Estado tem acção mais meritória a desempenhar e, quando enredado em tais malhas, mais lhe vale corajosamente perder e arripiar caminho.

Se tanto insistí no largo campo aberto à acção dos portugueses, sem exigência de sacrificios financeiros, foi pelo duplo motivo de em geral se não atentar suficientemente no seu extraordinário valor, e de pretender a sério que o Estado se encontre em condições de tomar sobre si o que mais ninguém poderia fazer. Quando digo Estado' digo Metrópole ou Colónias, e deixo de lado o que se lhes possa exigir, como poder público, na actividade legisladora, na defesa colectiva, na conclusão de tratados de comércio, na missão educativa, na obra de colonização. Refiro-me apenas à potência financeira e esta é de uso aparecer sob dois aspectos principais: crédito e planos de obras de fomento a realizar por empréstimos. E porque apenas assumi hoje o encargo de rectificar posições, em muito breves palavras direi em que algumas ideias correntes devem também ser corrigidas.

Em primeiro lugar assente-se como tema indiscutível que a organização do crédito no ultramar português não é completa nem perfeita; ela está sendo objecto de estudo e deverá em curto prazo ser melhorada, a bem da economia colonial. Mas eu confesso que me causam mêdo as exageradas esperanças de muitos na acção dos institutos de crédito, e, em face do que tenho visto escrever, só não terá tanto receio quem não faça tenção de pagar. Os prejuízos do Banco Nacional Ultramarino, do Banco de Angola, da Caixa Geral de Depósitos em representação do Banco de Fomento Colonial excedem nos úl-

timos anos tôdas as pretensões coloniais em matéria de obras de fomento. Isto quer dizer que não podemos recomeçar, porque equivaleria a secar por uma vez as fontes do nosso progresso.

Está clàssicamente definido que o crédito não cria capitais—mobilizou-os e fá-os produzir. Se não se reconstitui pela criação de riqueza e pela amortização dos empréstimos, não temos crédito, temos despesas, e o problema assim pôsto não pode ter as mesmas soluções. O crédito exige uma educação, uma aprendizagem, uma assistência especial do organismo credor prestada ao devedor, para não se transformar em fonte de ruína para ambos. Para bem de todos não desejamos as excessivas facilidades de crédito, porque não são muitas as entidades que podem estudar um negócio, fazer ideia exacta do seu desenvolvimento e das suas exigências em trabalho, em persistência ou em técnica, moderar as suas ambições para se manterem dentro dos limites razoáveis. Mas vamos ao outro ponto—os empréstimos para obras de fomento.

Não há igualmente dúvida de que o principio de custear pelos orçamentos ordinários as obras de que necessite um país para desenvolver-se condenaria na maior parte dos casos a progresso demasiadamente lento a economia e a vida das populações, e portanto muitas daquelas devem razoavelmente ser custeadas por empréstimos. Mas a minha experiência de administração pública tem-me demonstrado não estarmos ainda hoje habilitados a gastar bem o dinheiro de que dispomos. Todos os anos as contas mostram não coincidirem a capacidade de realização. Provém isso de um lado do atraso em que, por falta de trabalhos públicos, caiu a técnica official, e do outro da exigência de planos bem formulados e de projectos estudados a rigor. Nós fomos obrigados a pôr de lado essa espécie de planos «por subscrição» ou «por appetite» para tudo enquadrarmos nas verdadeiras necessidades ou superiores interesses do País; e sem isso a chuva de oiro tantas vezes ambicionada faria a nossa desgraça.

Nas colónias não devem passar-se as coisas de modo muito diferente; e se estamos sempre dispostos a estudar ainda com mais fervor ou carinho o que respeita aos seus interesses, porque lá os portugueses têm contra si a distância e por vezes maiores dificuldades de viver, nunca se poderiam dispensar estas três coisas: que o dinheiro seja bem

gasto, que possa ser recuperado, que as obras estejam em equilibrada harmonia com o estado de desenvolvimento geral. Nem há no meu espírito qualquer objecção a que, sendo necessários mais demorados estudos para aprovação de planos de conjunto, como o que respeita a Angola, dêes se desintegre para ganhar tempo tudo quanto imediatamente possa ser resolvido e realizado.

As idéias resumidamente expostas não representam no conjunto correcção mas ampliação e refôrço das directrizes a que tem obedecido a acção do Ministério das Colónias ao tratar dos problemas económicos inter-coloniais ou do Império e da Metrópole. Posso louvar o trabalho realizado e os resultados obtidos, porque na sua máxíma parte se me não devem; mas o exame dos factos ora sujeitos à consideração de todos impele-nos para acção mais larga e mais intensa que não julgo dever obedecer a orientação diferente da traçada.

De tudo o que disse resulta ter o Govêrno como grandes problemas nacionais os problemas económicos das colónias, e nem sequer se permite dizer por amabilidade que lhes consagra a maior atenção e à solução dos mais urgentes dedica todo o seu cuidado porque o faz na plena consciência dos seus deveres.

É natural que alguns métodos de trabalho tenham de ser substituídos por outros mais expeditos e de maior rendimento; é natural ainda que haja de refazer-se, ou fazer-se, a educação do espírito nacional—sempre a boa vontade na base de acção. Esse pretencioso desdém com que se olhava, ao lado das coisas de Londres ou Paris, a produção metropolitana, mesmo nos artigos em que podíamos desafiar comparações, vai desaparecendo e agora não pode ressurgir para sacrificar aqui a produção colonial, nas colónias a da Metrópole. Mas as instituições e as leis devem funcionar de modo que se seja patriota por necessidade quando se não é por disciplina ou virtude.

Esta é a última observação a impôr-se-me ao espírito no momento em que todos certamente sentimos a extrema gravidade de errar os caminhos por onde se busca o engrandecimento da Nação portuguesa.

O Discurso do Sr. Ministro das Colónias

INAUGURA-SE hoje, e após a sessão preparatória de anteontem, a primeira Conferência Económica do Império.

Porque, em verdade, o dia de hoje marca uma data na história da nossa política ultramarina, celebra-se magnificante sessão, a ela se dignando presidir o venerando Chefe do Estado e a ela assistindo, além de outras eminentes personalidades, o preclaro Chefe do Govêrno, que acaba de honrar a conferência com a guia de seus conceitos luminosíssimos.

Êles estarão sempre na mente dos delegados, servindo de precioso ensinamento para seus trabalhos.

Nesta nobre sala, onde ecoaram as vozes dos nossos maiores oradores parlamentares, desde Almeida Garrett a António Cândido, titãs do talento da palavra, reúnem-se, agora, portugueses vindos das desvairadas partes do Império e outros que vivem no Portugal europeu, para calmamente solucionar capitais problemas da vida material do País.

Não se trata já, como outrora, de assembleia onde, em brilhante e esteril torneio de oratória política, seus componentes contendam em mesquinhas pugnas de partido e de facção, mas, ao contrário, de um congresso onde cada vogal vem trazer seu tributo para o estudo e solução de magnos assuntos nacionais.

Assim, a majestosa severidade desta sala é o digno teatro de uma solenidade que fulgurantemente patenteia mais um aspecto da unidade indestrutível do Império.

Essa unidade é o resultante da solidariedade que indissolúvelmente fundou Portugal de aquém e de além-mar, vencendo a distância de quatro continentes e o volver de muitos séculos.

Encontram-se, pois, aqui reunidos portugueses de tôdas as partidas de Portugal, irmanados no mesmo único desejo de bem servir a grandeza comum, as almas exaltadas pelo mesmo orgulho de serem filhos da mesma Pátria. E todos vieram a esta magna conferência impulsionados pela força de uma idea nova.

De facto, a idea que inspirou a realização da presente conferência é directa emanação de princípios, pelo Estado Novo estabelecidos

e que são o Norte de novos rumos da vida de Portugal.

Entendeu-se que para tempos novos eram necessárias novas ideias.

E por isso o Estado Novo, em matéria colonial, estabeleceu e está realizando princípios novos.

Bastará atentar nos princípios que estão orientando e dinamizando a política colonial, comparando-os com aqueles que vigoraram anteriormente, para se reconhecer que, de facto, assim é.

A cópia de instituições estranhas levava, por vezes, o País a adoptar métodos de administração contrários à índole da nossa tradição colonial e opostos às próprias conveniências nacionais.

Perfilhámos, assim, princípios de lata autonomia que outros povos tiveram de adoptar para resolver problemas que não tinham surgido entre nós, e, dêste modo, paradoxalmente, criámos novos embaraços e dificuldades de administração de que vieram a padecer, cruelmente, tanto a Mãe Pátria, como os seus domínios.

Com efeito, na ordem política, a concessão de um exagerado autonomismo às nossas colónias transformou a actividade directiva e coordenadora, que ao Governo central compete, na passividade de mero espectador do facto consumado.

Repudiara-se, desta forma, a antiga e experimentada tradição que, politicamente, equipara os domínios de Portugal às províncias da metrópole e fôra-se até ao ponto de erigir como ideal a criação de *novos Brasís*, ideia tão lesiva da integridade nacional, como ignorante do particularismo especial que gerou a independência da grande nação sul-americana.

Dest'arte ia minguando a noção de que o País inteiro é um todo complexo e que os interesses de cada parte, ou seja uma província da metrópole ou seja uma província do ultramar, devem estar organicamente sujeitos a uma correlação constante, que ao Estado compete assegurar e manter, através do Governo central.

E, do mesmo passo que com a adopção do princípio alheio de larga autonomia se atentára contra uma das ideias fôrças da nacionalidade e se cometia grave êrro político, na ordem material essa orientação produzira desregramentos financeiros cujas conseqüências oneram, ainda hoje, a-pesar-dos esforços empenhados pelo Governo e dos sacrifícios

feitos pelos colonos, alguns dos nossos mais ricos e vastos domínios.

Paralelamente, no campo económico, o exagerado princípio de autonomia alastrara seus males, diluindo a noção do que as colónias devem à Mãe Pátria e do que esta, tutelarmente, deve às colónias. Assim se caminhava em sentido tal que poderia um dia levar a converter a solidariedade orgânica dos elementos integrantes da nação nunca desconjuntada, fictícia confederação de países, politicamente unidos, mas que entre si, economicamente, nem sequer tivessem já a ligação de um simples tratado de comércio.

Nestas condições com razão desaparecera da terminologia oficial a palavra Império.

Ela então apenas podia saudosamente sugerir melancólica recordação de um passado glorioso, mas seria falha de sentido operante, porque não há Império sem política imperial e não há política imperial possível entre nós sem a solidariedade efectiva de todos os seus componentes.

E por isso o Estado Novo, que, em obediência às mais íntimas aspirações nacionais, colocou a defesa e o desenvolvimento dos nossos domínios ultramarinos como primordial objectivo da sua actividade, repeliu a política de autonomia.

Mas se as novas instituições políticas, ao assumir a empresa de renovação nacional, não deviam repudiar o princípio de ampla autonomia colonial, até então dominante, também o princípio de centralismo rígido, que precedeu aquele, não podia inspirar o seu viril ideal renovador.

O Estado Novo não é reaccionário—é criador. E por isso, tinha de suscitar novas directrizes, que, inspiradas na lição fecunda do nosso passado, dessem satisfação às necessidades nacionais do presente.

Assim, sobre a política de autonomia extrema, como sobre a política do centralismo rígido, variando os considerandos, havia de recair a mesma sentença condenatória.

Com efeito, se bem que opostos na sua doutrina e nos seus processos, o sistema de autonomia e o sistema de centralização aparecem singularmente afins, ambos eivados do mesmo pecado original: os dois repelem o espírito daquela colaboração que tem de reger as relações entre a Metrópole e as suas colónias, espírito simultaneamente suscitador de iniciativas locais e respeitador da unidade orgânica da Nação.

E tanto há que condenar o centralismo em seus métodos de autocracia centrípeta como o autonomismo no desregramento da sua arbitrária actividade centrífuga.

De facto, a centralização rígida dos últimos tempos da Monarquia constitucional não atentava na distância que separa a metrópole dos nossos domínios e artificialmente agravava, pela demora na solução, a acuidade dos problemas.

Ministro, Governo, Parlamento, tendo somente conhecimento das coisas a distância, pela via indirecta das informações, que não pela observação immediata dos factos, mesmo quando conjugavam a competência com o ânimo de bem acertar, haviam de reflectir, em seus juízos e apreciações, uma verdade deformada.

Os órgãos da administração local eram meros executores de ordens provindas de longe.

Em matéria de concepção e de iniciativa estavam reduzidos a esteril passividade.

Assim, tudo se reclamava do Poder Central, que tudo a si chamara e que era incapaz de tudo realizar.

E a opinião local, a-pesar-de nascida e vivida com as realidades coloniais, mal se fazia ouvir em Lisboa e em pouco contava nas decisões do Poder Central.

Com semelhante princípio era impossível estabelecer íntima colaboração entre a metrópole e as colónias porque elle corresponde a uma idea de sujeição—não a uma idea de solidariedade.

Ele ainda poderia talvez ter justificação na época em que foi praticado: hoje, se ainda tem defensores, há que lembrar-lhes que o nível mental dos colonos e a qualidade da emigração tem progressivamente melhorado, até attingir o grau que ao presente alcançou.

A época da occupação militar já findou, como já findou a época da occupação administrativa. Vivemos hoje o tempo do desenvolvimento económico.

Novas condições e necessidades exigiam portanto novos princípios de Governo.

E porque tal é o imperativo dos superiores interesses nacionais, o Estado Novo soube encontrar e pôr em pleno funcionamento um novo sistema de administração colonial, concretização de novo conceito que a idea imperial encerra.

Com legítimo orgulho podemos dizer, que, em matéria colonial, e Estado Novo—também

soube innovar. E innovar pelo processo mais eficiente: aproveitando a lição da experiência de séculos.

O Estado Novo, na concepção do idealismo que defende, é, simultaneamente, o renovador de gloriosas, centenárias tradições e o instaurador, de novos métodos e de novos órgãos de Governo.

O Império colonial é um dos mais altos ideais que o Estado Novo se propõe no serviço da grandeza da Pátria.

Reatando a velha tradição portuguesa, sem dela sermos escravos, julgamo-nos, mercê de experiência consagrada pelo rodar de séculos, dispensados de servilmente seguir certas ideas de nações que só muito depois de nós foram chamadas a colonizar os mundos que descobrimos.

Regeítamos a subserviência com que, durante tanto tempo, sem razão nem fruto, atendemos à lição alheia.

E assim é que, desde as afirmações lapidares do acto colonial até ao significativo momento presente o Estado Novo estabeleceu, desenvolveu e fez actuar, na administração, nas finanças e na economia, as directrizes da nova politica imperial.

Três grandes portugueses foram os obreiros desta politica:

Salazar—o Chefe e o Mestre, que deixou, na sua passagem pelo ministério das Colónias o rasto de luz que é o Acto Colonial, diploma em que fixou os princípios basilares da nossa doutrina ultramarina e que, na presidência do Governo é o sábio orientador da renovação politica imperial portuguesa.

Armindo Monteiro—mocidade lúcida e ardorosa, continuando e desenvolvendo os princípios do Chefe, cuja acção no ministério das Colónias condicionou e possibilita planos só hoje exequíveis.

João Belo—alma gentil e forte de lusitano antigo, que compreendeu a grandeza da nossa obra colonial, figurá que todo o ministro das Colónias do nosso País deve ter presente ao considerar a alteza da sua missão.

Para estes três grandes portugueses construtores do Portugal de hoje, o último dos quais já infelizmente desaparecido, vão as minhas mais respeitadas homenagens, como deve ir a gratidão do País inteiro.

Disse há pouco que em matéria colonial—o Estado Novo também soubera innovar.

Vejamos, pois, rapidamente embora, quais são os novos princípios informadores do

actual sistema de administração colonial e como a conferência económica do Império é órgão indispensável d'este sistema.

Quando se passa em revista a legislação e as obras effectuadas, ressalta, como elemento mais fortemente individualizador do Império, o princípio da solidariedade da metrópole, com as colónias e destas entre si.

É a capital afirmação do artigo 5 do Acto Colonial: «O Império Colonial português é solidário nas suas partes componentes e com a metrópole».

Não se trata, já, portanto, de centralização. Não se trata tampouco de autonomia.

As colónias não estão passivamente sujeitas à metrópole, nem são descoordenadamente autónomas—são solidárias entre si e com a Mãe Pátria.

Disse também há pouco que souberamos aproveitar a riqueza opulentíssima da nossa experiência sem igual.

De facto, assim como o princípio de autonomia está em natural correspondência com a política de segregação dos nativos, posta em prática por nações coloniais estrangeiras, o princípio de solidariedade, basilar no sistema que o Estado Novo implantou, está em lógica e perfeita harmonia com o princípio de assimilação que caracteriza o génio tradicional da nossa política indígena.

E porque o Estado Novo é realista e não utópico adoptou o princípio de solidariedade—não o da igualdade.

É que a igualdade é contrária à Natureza e a solidariedade provém da própria essência da ideia imperial, que fez a maravilha gloriosa da nossa história.

Esta atende ao diferente condicionalismo dos meios de cada colónia, respeita o particularismo dos ambientes ultramarinos, que a observação manda ter em conta, assegurando e robustecendo ao mesmo tempo a unidade nacional.

O princípio da solidariedade não tem, assim, os vícios que apontámos ao centralismo e à autonomia, logrando conservar as vantagens de ambos.

A explicação d'este avanço e desta mutação na concepção colonial portuguesa pode resumir-se, observando que a vitória do princípio da solidariedade é, na ordem colonial, a consequência do abandono dos princípios individualistas que importáramos do estrangeiro, desafiando o génio e a tradição nacionais.

A ideia básica do sistema imperial applica-se e desenvolve-se nos vários aspectos das relações entre a metrópole e as colónias e de estas entre si.

É assim que está expressamente determinado que a solidariedade do Império Colonial abrange a obrigação de cada uma das suas partes componentes contribuir para que sejam assegurados os fins de todos os seus membros e a integridade e a defesa da Nação. Na ordem material esse princípio levou a claramente prescrever que a metrópole e as colónias pelos seus laços morais e políticos têm na base da sua economia uma comunidade e solidariedade que a lei reconhece.

É evidente que a solidariedade impõe obrigações, por vezes restritivas, e por isso se dispôs, entre outras, a regra que manda serem os regimes económicos das colónias estabelecidos em harmonia com a justa reciprocidade entre elas e com os direitos e legítimas conveniências da Metrópole.

O princípio de solidariedade, como fundamental que é, realizou-se, logicamente, também na ordem administrativa.

A Conferência dos Governadores e a Conferência Económica do Império são, nesta matéria, frisante tradução orgânica desta nova concepção da administração colonial.

Mas o princípio de solidariedade não é o único que informe a nossa ideia imperial.

Em perfeita concordância com elle está o princípio da unidade, que o completa logicamente e que também dimana do conceito do Império, que adoptámos.

Portugal é um estado unitário e o Governo central domina inteiramente o sistema político de todo o País, tanto na ordem interna, como na ordem internacional.

Neste ponto se mantém a tradição portuguesa, sendo contudo de notar que o Estado Novo a corroborou indo até condenar as delegações de soberania, exercidas mesmo por emprêzas nacionais.

Este princípio da unidade foi expressivamente proclamado no artigo 5 da Constituição, que afirma de forma categórica, ser o Estado português uma República unitária e d'ele é lógica consequência o artigo 12 do Acto Colonial.

O Estado Novo seguiu esta orientação nomeadamente quanto às companhias majestáticas, quando reivindicou o exercício do direito de soberania nos territórios do Niassa

e quando extinguiu o regime dos prazos na Zambézia.

Foi este princípio realizado já integralmente no campo político e no campo administrativo, isto é, na esfera própria do Estado. Mas porque o Estado Novo não é totalitário, carece da colaboração das iniciativas privadas para o efectivar no campo económico.

Por outras palavras, o ideal de unidade alcançado já na política e na administração apresenta-se ainda na economia do Império como uma meta não atingida mas cada vez mais próxima.

Está encerrado o velho debate entre os que afirmavam a primazia da lei sobre os costumes e os que viam nos costumes os factores da lei. Ambas as teses se conciliam ao reconhecer-se que inevitável interdependência liga a lei aos costumes.

O Estado, pois, reconhecendo a sua insuficiência para por si só conseguir a almejada unidade económica, assumiu contudo decidida unidade coordenadora e preparou o condicionalismo necessário para a sua completa realização. Como exemplo típico do que afirmo lembro as transcendentales consequências que tiveram para a nacionalização do comércio externo de Angola e de Moçambique as respectivas legislações cambiais.

E já bem se notou que essa nacionalização tem sido factor decisivo não só da prosperidade de importantes indústrias da metrópole mas até da sua salvação.

Tôda a construção jurídico-política do sistema colonial inaugurado pelo Estado Novo foi concebida sob a mais estrita obediência aos altos interesses nacionais.

É assim que o terceiro princípio animador da ideia imperial portuguesa é o nacionalismo.

Mas este nosso nacionalismo marca limites necessários mas não exclusivistas à actividade e à colaboração do esforço alheio.

São testemunho desta verdade não apenas as palavras da lei mas o cordial acolhimento que o capital e o trabalho estrangeiros encontram nos domínios portugueses e a leal e eficaz cooperação que gostosamente damos aos países nossos vizinhos em África.

A expressão imperialismo sugere propósitos de conquista e expansão territorial e muitas vezes o deprêzo na ordem internacional do direito alheio em proveito do engrandecimento próprio.

Há pois razão para afirmar que o Estado

português, respeitador escrupuloso do direito das gentes, isento de intuítos de conquista e de expansão territorial, ao realizar esta política ultramarina é um estado imperial—mas não é um estado imperialista.

E cremos ficar desta forma demarcado o nacionalista inspirador do nosso império.

Solidariedade, unidade, nacionalismo, eis, portanto, a trindade de princípios em que assenta a ideia imperial.

Eles definem o modo de ser do nosso Império. O tradicional objectivo da Nação é, secularmente, em obediência a uma vocação irresistível não só a posse dos seus domínios mas a integração das populações coloniais na sua fé e na sua cultura.

O que antecede fundamenta pois a seguinte conclusão: a nossa política imperial pode ser definida—o conjunto de normas e processos de Governo que tem por base a defesa da Nação e a solidariedade da metrópole com as suas colónias e destas entre si e por finalidade a expansão da cultura portuguesa em ordem à civilização cristã das populações indígenas, a par do desenvolvimento económico dos domínios ultramarinos.

Acabamos de ver que os princípios a que me referi não ficaram reduzidos à modéstia de uma aspiração.

Porque são princípios do Estado Novo— foram concebidos e logo realizados.

O nosso sentido das realidades compreendeu imediatamente que a política imperial, tal como a defini, sendo nova, precisava, para praticamente se efectivar, de processos e órgãos novos.

Para alcançar a necessária coordenação entre a actividade da metrópole e as aspirações e as necessidades das colónias, o Governo central carecia de adoptar processos e criar órgãos que estabelecessem íntimo contacto com os meios interessados.

E, porque somos revolucionários, adoptamos uma técnica revolucionária quanto a êsses processos e órgãos de Governo de que a concepção do princípio imperial necessita.

Entre êsses processos a que me refiro há que nomear, como exemplo, as visitas ministeriais às colónias, em 1929 e em 1932, que comprovam o empenho do Governo central de directamente se pôr em contacto com a opinião ultramarina.

E é legítimo falar em inovação nesta matéria, porquanto, até ao advento do Estado Novo, um único ministro das Colónias fôra

ao ultramar em missão de Estado: Aires de Ornelas, em 1907.

É esse mesmo com fim oficialmente declarado de acompanhar o herdeiro do trono, o príncipe real D. Luiz Filipe, que uma inteligente visão dos interesses nacionais empreendeu a viagem na verdade necessária, à preparação de um rei moderno de um grande país colonial.

Por outro lado criaram-se órgãos permanentes de Governo destinados uns a colher «in loco» com a necessária rapidez e eficácia os elementos de informação precisos para assegurar à metrópole o perfeito conhecimento de factos e circunstâncias de administração ultramarina; outros propondo-se o mesmo fim de elucidação, porém alcançados pela vinda à metrópole de representantes coloniais. Refiro-me em primeiro lugar à criação da Inspeção Superior da Administração Colonial e da Inspeção Superior Financeira e em segundo lugar à Conferência dos Governadores e à Conferência Económica do Império Colonial.

Tal é a genese e a justificação da instituição que hoje solenemente inaugura seus primeiros trabalhos.

Esta conferência é, portanto, um órgão consultivo e informador da administração colonial, imposto pelo sistema imperial que o Estado Novo adoptou.

Mediante essa reunião, cada colónia é chamada a cooperar activamente na resolução dos problemas imperiais.

Cada colónia é solicitada a dar os seus pareceres e os seus conselhos tendentes à resolução dos seus problemas próprios e dos problemas das outras colónias, porque no Estado Novo a palavra solidariedade não é vã de sentido.

E porque assim é de facto, ainda as colónias, através da presente conferência, se devem pronunciar acerca da melhor forma de estreitar as relações económicas não só entre si mas ainda com a Mãe-Pátria.

Em vez portanto de uma autonomia ou de uma centralização que se prestavam às críticas já rapidamente enunciadas—o Estado Novo pede a cada província ultramarina que envie à capital do Império seus delegados e, reunindo-os, dando-lhes assim, até materialmente, a consciência da solidariedade que une todos os componentes da Nação, solicita seus pareceres, seus alvítres, suas soluções.

É que o Estado Novo é um regime de opinião.

O artigo 22.º da Constituição Política da República diz que a opinião pública é elemento fundamental da política e da administração do País: esta reunião prova que, de facto assim é.

Em vez e vagos deputados que às vezes nem sequer conheciam as colónias por onde tinham sido eleitos, e que em Lisboa se entretinham em baixas intrigas da política metropolitana, o Estado Novo chama as colónias a colaborarem entre si e com a metrópole mediante o envio de delegados seus a esta conferência, onde devem ser estudadas, debatidas e assentes soluções para os assuntos que mais os podem interessar.

E não se trata agora de acidental congresso visando a resolução de certos problemas de momento.

A Carta Orgânica fez destas conferências um verdadeiro órgão do Estado, com funções de exercício periódico, concordando com as demais instituições públicas afectas à administração colonial para a resolução dos assuntos económicos do Império.

Nunca, na história da administração colonial portuguesa, foi reservado às colónias mais importante papel.

Depende, agora, de vossas excelências, senhores delegados, que os resultados desta primeira reunião da Conferência Económica sejam revolucionários—nacionais—isto é: que sejam úteis.

Por mim assim o espero.

É chegada a altura de o Ministério das Colónias dizer o que espera da primeira reunião da Conferência Económica do Império.

O alto interesse público que esta conferência reveste leva a fazer um certo número de considerações, tendentes não só a delimitar, com todo o possível rigor, as fronteiras da sua actividade, como também, a pôr o espirito dos senhores delegados contra deficiências e erros em que seria fácil cair sem o ensinamento de reuniões congêneres estrangeiras.

Não é esta conferência, como a de Ottawa, uma reunião facultativa de nações livres, tendo entre si o elo de um soberano comum. É uma reunião, determinada por lei, dos elementos que compõem o nosso estado unitário; não é tam pouco, como a de Paris, uma simples conferência de carácter aciden-

tal, mas um verdadeiro órgão de administração ultramarina.

Nisto está a novidade mais saliente desta nossa instituição: a de ter alcançado, com carácter orgânico, com intuitos de permanência, fins próprios ao Império Colonial Português.

Tem a presente reunião da conferência um programa antecipada e rigorosamente estabelecido, do qual as discussões se não poderão afastar.

Desta forma, cada colónia e cada senhor delegado soube previamente o que vinha tratar e pôde estudar os assuntos propostos à sua consideração.

E por isso quer o ministro das Colónias salientar que o labor dos senhores delegados, para ser profícuo, se não pode limitar ao enunciado de simples aspirações. Não foi só para isso que vossas excelências de tão longe vieram a Lisboa e estão aqui reunidos.

A conferência tem que ser útil.

E para ser útil, tem que apresentar soluções práticas—isto é: soluções que simultaneamente sejam adequadas e realizáveis.

Os senhores delegados têm portanto que dizer as formas de dar satisfação às necessidades económicas das colónias que reputam susceptíveis de serem adoptadas pelo Governo, tendo sempre em vista os princípios basilares que têm sido e vão ser ainda enunciados.

A conferência não cumprirá a sua missão, perdõem-me salientá-lo bem, se não disser os males—e os remédios; se não disser aquilo que as colónias querem e a forma como, dentro dos princípios, pode ser alcançado o que elas querem.

Foi, de resto, para evitar o possível erro de a conferência não apresentar soluções e para a colocar perante as dificuldades, que lhe não é legítimo iludir, senão necessário resolver, que o legislador determinou que as conclusões a que a conferência chegar deverão ser reduzidas a articulado, dando-se-lhes redacção que teriam se fôsem projectos de lei.

Tenho absoluta convicção de que esta disposição legal será rigorosamente observada.

E porque é uma conferência do Império Português ela tem de servir o espírito imperial tal como êle foi enunciado,

Devem portanto ser arredadas as conclusões que, embora resolvendo qualquer assunto, sob o ponto de vista particular de uma colónia, ou da metrópole, vão de encontro

ao interesse de qualquer outro elemento componente do Império, desde que o interesse ferido seja mais valioso que o interesse satisfeito.

Para que a conferência pudesse trabalhar dentro desta orientação foi permitido a qualquer senhor delegado tomar parte nos trabalhos de qualquer comissão independentemente do interesse da colónia que representa no assunto que aí esteja sendo estudado.

É esta a oportunidade de dizer que, fazem parte desta Conferência delegados que são funcionários públicos e outros que em empresas privadas exercem a sua actividade, nesta reunião todos são apenas delegados, e que, portanto, a opinião dos que ao Estado prestam os seus serviços, não deve, só por ser dêles, influir nas decisões tomadas.

Êste erro parece ter sido cometido nomeadamente na recente conferência económica de Paris, e de esperar é que aqui se não verifique.

O ministro das Colónias não quer almentar ilusões—se elas porventura existem; e muito menos as deseja criar com palavras suas.

Não se pense, pois, pelo que acaba de ser dito, que as conclusões da conferência serão imediatamente traduzidas em realidades, serão logo adoptadas e efectivadas, mesmo quando, tomada cada uma de per si, se antolhem viáveis.

Faltaria, por carência de clareza, à rude lealdade que tem sido constante timbre de toda a minha vida, se desde já não prevenisse futuras impaciências de realização, aliás ditadas pelos mais nobres propósitos de bem servir.

É que ao ministro compete seriar os problemas em atenção à hierarquia da sua urgência, ordenando as realizações em vista das necessidades a satisfazer, não só em relação a cada colónia mas também, e sobretudo, ao conjunto das colónias.

Assim, pode acontecer que uma determinada medida que é aconselhável adoptar tendo em consideração as circunstâncias da colónia a que ela se refira, mesmo que não seja lesiva da solidariedade imperial, deva ser adiada para permitir em colónia diferente, outra realização julgada mais instante, mais útil ou reprodutiva.

O juiz da oportunidade da adopção das medidas aconselhadas pela Conferência, mesmo

quando consideradas de adoptar, o que é de esperar a tôdas aconteça, é o Governo central.

O ministro das Colónias quer dizer neste solene momento que não abdica do seu dever de seleccionar as conclusões aprovadas pela Conferência, e depois de as ir executando conforme o seu critério, sem a ninguém dar o direito de supor que por não adoptar ou imediatamente efectivar o que lhe for proposto, o não ponderou em suas vantagens e inconvenientes, com espírito realizador.

É também dever do ministro das Colónias prevenir possíveis desânimos ao ser verificado que as conclusões aprovadas pela Conferência se não traduzem imediatamente em leis.

Importa evitar precipitações.

Realizar é uma coisa—improvisar é outra.

De resto, o tempo só respeita a obra que na sua concepção o respeitou.

Uma obra, um plano só pode ser adoptado após muito estudo e, porque não dizê-lo? após muitas hesitações.

A consciente adopção de um plano leva tempo—o tempo bastante, o tempo necessário.

Mas com a mesma verdade com que vos digo isto também lhes asseguro que uma vez assente determinada providência, a sua realização se fará com fé, o caminho escolhido se seguirá com entusiasmo, a obra decidida se executará com energia e rapidez.

Porque, se o estudo demora—o Governo não concebe nem tolera que, uma vez tomada decisão, a sua efectivação sofra inúteis delongas.

Os coloniais do nosso País são indefesos labutadores de novas regiões onde é regra a rude franqueza; não estranharão, por isso, que o ministro das Colónias tenha exposto o seu pensamento por inteiro.

Ao iniciar os seus trabalhos a primeira Conferência Económica do Império julguei de utilidade evocar os princípios basilares da nova política colonial portuguesa para que, sob a sua égide, se inicie a vida desta instituição, que terá primacial importância no desenrolar da nossa actividade de grande potência ultramarina.

Porque é a primeira vez que o ministro das Colónias fala em público após a celebração do Ano X da Revolução Nacional, não será estranhado que relembre, a traços muito largos embora, a obra financeira e económica nesta década levada a efeito nas colónias.

E a-fim-de que a Conferência saiba as

condições em que ela deve ser continuada ser-lhe-á relevado que anuncie as regras fundamentais a que deve obedecer o trabalho a realizar.

As finanças coloniais estavam como as metropolitanas, em 1926, num estado que, sem poder ser acoiado de exagerado, classificarei de caóticas.

Muitas vezes não havia sequer orçamento; outras vezes o orçamento era aprovado tarde e a más horas.

Em contas nem se falava... Dir-se-ia ter-se perdido a memória do que representavam.

Tenho que resistir à tentação de dizer datas e números a vossas excelências. E essa tentação não é pequena.

O equilíbrio entre as receitas e as despesas era coisa a que se ligava a menor importância.

As colónias seguiam escrupulosamente os péssimos exemplos da Mãe-Pátria.

Agora, tôdas as colónias têm o seu orçamento aprovado a tempo de poder entrar em vigor na época legal, e prestam contas.

E não só tôdas as colónias têm orçamento; mais do que isso; êles estão todos equilibrados, apresentando as contas de algunos colónias importantes saldos positivos. Isto, que se diz em dois segundos, representa um esforço titânico, um trabalho formidável.

Como exemplo do que avancei em relação a saldos positivos de algumas colónias citarei Moçambique, em que a soma dos saldos das contas desde 1926-1927 se cifra num montante de 80.541 contos.

O desregramento financeiro anterior à ordem que nesta matéria como em tôdas as outras foi restabelecida pelo Estado Novo, nem sequer permitia pagar as obrigações que em grande parte mercê dêle se contraía. Os débitos de exercícios findos iam-se avolumando. E foi o Estado Novo quem teve de os pagar.

É assim que só em 1930-1931 até 1931-1935 se pagaram 90 mil 909 contos de dividas anteriores.

O passado tinha deixado um triste legado!

Até Macau teve um grande desafogo de tesouraria deixou de pagar contas!

Custou muito trabalho, muita força de vontade a obra realizada!

Quantas resistências, activas e passivas, não foi necessário vencer; quantos velhos hábitos não foi preciso modificar; quanto comodismo não houve que remover! E, sejamos francos: Houve—e há.

E a par dêste esforço, que por si só bastaria à glória de um regime, iam-se efectuando importantes realizações.

Não quero fatigar Vossa Excelência, Senhor Presidente da República e Meus Senhores demasiadamente e por isso lembrarei apenas, e a título de exemplo, alguns dos factos mais típicos.

Em Moçambique construíram-se edifícios, alguns até demasiadamente sumptuosos, para instalar os serviços das circunscrições e dos distritos e outros para alojar os administradores e governadores e demais pessoal administrativo.

É sabido o interesse desta realização: ela condiciona o pleno rendimento do trabalho dos funcionários e é conhecida a fundamental importância que para toda a obra de colonização têm os seus serviços administrativos.

Em Moçambique construíram-se, de 1926 a 1934, 18.911 quilómetros de estradas.

Se nos lembrarmos que em 1926 existiam apenas 10.138 quilómetros concluiremos que o Estado Novo quase duplicou as vias de comunicação ordinária da colónia.

A obra das estradas em Angola não foi menos notável, e isto importa salientar para desfazer certas lendas.

Em Angola existiam, em 1919, 19.912 quilómetros de estradas. De 1919 a 1926 construíram-se mais 7.471 quilómetros, o que representa uma média anual de 1.077 quilómetros. De 1926 a 1935 fizeram-se 10.336. No espaço de três anos, isto é, de 1930-31 a 1932-33 abriram-se 5.157 quilómetros, o que dá uma média de 1.719 quilómetros quadrados. Quere dizer: Nunca em Angola a construção de estradas foi realizada com a intensidade destes últimos anos. Também o avanço da construção de caminhos de ferro merece menção especial.

Nem todos foram directamente construídos à custa do tesouro de Angola, é meu dever fazê-lo notar, porque o Estado Novo tem sempre prazer em realçar o esforço meritório da actividade particular dos seus nacionais.

É em todo o caso de assinalar que em Angola existiam em 1926 1.676 quilómetros de linhas férreas e em 1934 esse número subira para 2.318 quilómetros.

Em Moçambique, de 1926 a 1935 construíram-se 185 quilómetros de linhas férreas, tendo-se adquirido importante material circulante, incluindo automotoras. Todos os ca-

minhos de ferro de Moçambique foram construídos pelo Estado.

Não preciso encarecer a importância económica e militar da existência de vias de comunicação para enaltecer o serviço desta matéria prestado ao Estado Novo.

O combate à doença do sono em Angola honra o regime colonial que o levou a efeito, e os resultados são de tal forma brilhantes que não resisto à tentação de os referir.

Na zona do Quanza, uma das piores de Angola sob o ponto de vista sanitário, o número de hospitalizações era, ainda em 1927, 1.442; o de consultas 6.421 e o de curativos 49.492. Pois em 1934, nesta zona, fizeram-se 10.966 hospitalizações, 46.895 consultas, 162.765 tratamentos e 472.714 curativos.

O declínio dos índices de infecção da doença do sono na zona do Quanza, onde, como é sabido, ela grassava com maior intensidade e mais temerosos efeitos, graças a este esforço, acima de qualquer elogio, baixou em relação a doentes novos de 2,96—quasi três—em 1927, para 0,14 em 1934.

A eloquência dêste número dispensa comentários e êle demonstra mais evidentemente do que muitos discursos o cuidado que a saúde dos indígenas merece à nossa administração.

No campo da produção o esforço realizado pelos nossos colonos patenteia bem claramente que os labutadores da nossa terra de África, através de tantas e tão grandes dificuldades, numa época de crise mundial sem precedentes, souberam, mercê do seu esforço sem desfalecimento, do seu trabalho improbo, realizar ingente obra.

Mas seria negar a evidência dizer que sem o condicionalismo económico do Estado Novo semelhantes resultados seriam possíveis, apesar das virtudes dos que em África mourejam.

Assim é que Angola importava e praticamente deixou de importar, porque produziu, arroz, açúcar, massas alimentícias, tabaco manipulado, cordame, rêdes e fios para pesca, madeira em obra e em bruto, mobílias de madeira, carnes preparadas em conserva, peixe em conserva, excepto sardinha, que não existe nos mares de Angola, produtos de cerâmica e olaria, feijão, grão, toucinho, batata, sabão, peles curtidas, que sei eu! Paro a enumeração...

No campo do comércio externo, Moçambique deminuiu o «déficit» da sua da balança

comercial de 372.982 contos a que tinha chegado para 91.042 em 1934.

E Angola transformou o «déficit» da sua balança comercial, que atingiu ainda em 1927, 69.527 contos, para um saldo positivo que se mantém desde 1931 e que se cifra em 1934 por 85.000 contos, tendo sido a-pesar-da paralização da exportação do milho no segundo semestre ainda em 1935 de 54.295 contos.

Estes resultados foram sobretudo atingidos pelo aumento das exportações.

Não fôra a queda catastrófica da cotação dos géneros coloniais, o saldo da balança comercial de Angola cifrar-se-ia em quantias muito mais importantes e a que a balança de pagamentos estaria talvez equilibrada.

O Estado Novo encontrou as moedas de Moçambique e de Angola depreciadíssimas. Em Moçambique, o câmbio de saques sobre Lisboa era ainda em 15 de Julho de 1926 de 83 por cento.

Em Angola a moeda tinha perdido um quarto do seu valor em relação à nota do Banco de Portugal.

Devem estar ainda na lembrança dos colonos de Moçambique certos factos típicos, que roçam pela anedota ligados com o ineficaz regime das autorizações de transferências então em vigor e só possíveis pela desordem máxima que reinava em semelhante serviço.

João Belo encarou de frente o problema e tentou resolvê-lo em Angola mediante a criação de um novo Banco emissor e da legislação complementar que sobre o assunto promulgou: em Moçambique mediante uma operação de crédito.

Mas a corajosa tentativa de João Belo não logrou benéficos efeitos duradouros.

E é assim que a moeda de Moçambique voltou a cair e que as dificuldades de transferências reapareceram nesta colónia.

Em 1932, o ministro das Colónias Armindo Monteiro publicou o chamado decreto das transferências de Moçambique.

Quanta celeuma e injusta crítica levantou na colónia este decreto, posso eu dizer, que então lá me encontrava.

Mas o problema ficou orgânicamente resolvido e o fundo cambial de Moçambique apresenta hoje um saldo favorável que se eleva a cerca de um milhão e 200 mil libras.

É claro: Ainda não ví que a colónia re-

conhecesse que este resultado se deva às tão combatidas providências adoptadas...

Em relação a Angola o mesmo ministro, apercebendo-se que a questão das transferências era cambial e não bancária, publicou em 1931 o famoso decreto das transferências de Angola.

No regime deste decreto transferiram-se:

Em 1932, 116.484 contos; em 1933, 118.575; em 1934, 149.921, e em 1935, 124.463 contos.

Em 1927 transferiram-se por intermédio do Banco emissor 114.494, e em 1928, 113.136 contos.

Quere dizer: Angola logrou uma solução que, evitando que o peso do «déficit» da sua balança de pagamentos injustamente recaísse sobre o contribuinte metropolitano, lhe permitiu realizar uma soma de transferências superior à feita através do Banco emissor nos dois primeiros anos em que o «déficit» de coberturas era preenchido pelo Estado e, consequentemente, em que as transferências eram praticamente livres.

Está o assunto, em relação a Angola, ínteira e definitivamente resolvido?

Seja qual fôr a resposta a dar a esta pergunta, o que não há dúvida é que, em relação a Moçambique, o problema desapareceu, e em relação a Angola, se pode afirmar que, tirando os anos de 1929 e 1930, nunca a colónia efectuou, através do seu Banco emissor, tão altas transferências, como em 1934 e 1935.

Estes são os factos que os números patenteariam.

E quantos outros não omito, igualmente elucidativos, da obra realizada!

É que, como disse, pretendi citar exemplos, não fazer enumeração, que não caberia nos limites de tempo que razoavelmente não devo ultrapassar.

No seu do ano X da Revolução Nacional disse, em Braga, o Chefe:

«Fíndam hoje dez anos que constituíram, na História Pátria, uma era de restauração; vão começar outros dez, que hão-de constituir uma era de engrandecimento, a erguer sobre os mais duros sacrifícios, os mais altos heroísmos e as mais seguras dedicações».

Já citei exemplos do que foi a obra de restauração nas colónias.

Direi agora, muito brevemente, as condições e as bases indispensáveis à obra de engrandecimento que se vai iniciar.

Em primeiro lugar tóda a obra colonial deve ter lugar conveniente no quadro geral

da economia do Império, isto em obediência aos princípios da unidade e da solidariedade da Metrópole e das colónias e de estas entre si.

Em segundo lugar é necessário que, satisfeita a primeira condição, a obra projectada se possa integrar num plano geral, respeitante à colónia onde elle se pretenda executar.

Obras desconexas, ao sabor de improvisações, não serão consentidas.

Infelizmente, os serviços têm grande tendência para fugir a esta regra, considerada fundamental.

Em terceiro lugar, cada obra, antes de iniciada, tem que ser estudada em tôdas as suas virtualidades técnicas e económicas.

Em quarto lugar, não será iniciada nenhuma obra sem a certeza de a levar ao fim—porque o Estado Novo não deixa obras em meio, não é construtor de minas, mas sim o promotor do engrandecimento das colónias, sob o comando do Chefe.

Dos princípios enunciados resultam certas especializações que convém enunciar.

Como um plano geral não é susceptível de realização simultânea, há que determinar a sucessão das obras nelle previstas em ordem à sua oportunidade relativa e à facilidade técnica, económica e financeira da sua execução.

Assim, o plano adoptado deverá prever escalões de realizações sucessivas.

De uma maneira geral—e tanto quanto possível—não se iniciará obra nova sem a anteriormente iniciada estar concluída, isto para evitar que, começando-se tudo ao mesmo tempo, nada seja levado a final.

A dispersão de esforços e a multiplicidade de gastos não podem constituir regra de boa administração.

Estabelecidas assim as condições a que devem obedecer as obras a realizar, cumprirá encarar as regras de carácter financeiro a que elas devem presidir.

Fixado o orçamento do custo de cada obra, é indispensável, antes de a iniciar, ter assegurados os meios financeiros que permitam a sua cabal execução.

Só assim se respeitará a regra de que tôda a obra iniciada será conduzida até final.

Podem os recursos financeiros derivar ou de saldos das contas da colónia ou de operações de crédito.

Neste último caso os fundos obtidos deverão ser applicados em obras, em grande parte,

quando não na sua totalidade, directamente reprodutivas.

É evidente que, tratando-se de empréstimos, o seu serviço tem que estar absolutamente previsto e garantido no orçamento das despesas ordinárias da colónia que o contrair.

E o equilíbrio orçamental é preceito de observância rigorosa no Estado Novo...

O recurso ao crédito, mesmo dentro das possibilidades orçamentais da colónia, só será legítimo, respeitada que seja a saúde financeira da Nação.

As considerações que acabo de fazer foram tendentes a afirmar o cuidado que o Governo entende dever ser pôsto no estudo dos planos de desenvolvimento das colónias.

Além dos estudos provindos dos serviços das próprias colónias e dos da administração central, recorrer-se-á, sempre que tal se mostre necessário, a outros meios de informação.

Em certos casos, para que as coisas se passem segundo as regras que deixei enunciadas, será necessário enviar às colónias missões de técnicos.

Por estes dias deve partir para Moçambique a primeira missão, que, sem embaraços burocráticos, que foi preciso vencer, já iria a caminho.

A esta outras se seguirão para outras colónias.

Estas missões levarão um programa definido, previamente elaborado pelo Ministério.

Isto é: Sabem o que vão estudar e, porque têm de enviar relatórios periódicos dos seus trabalhos, será possível fiscalizar se cumprem rigorosamente aquilo de que foram encarregadas.

E quando o não façam, o ministro das Colónias, podem ter a certeza disso, não hesitará em as dissolver.

Missões de técnicos sem programa definido—não serão por mim enviadas às colónias.

É preciso também que os serviços das colónias colaborem lealmente com as missões que da metrópole forem enviadas ao ultramar, pondo de lado vaidades pessoais, evitando deliberadamente exageros de amor próprio, para todos se lembrarem que colaboram numa grande obra de engrandecimento colonial, que a ninguém em particular pertence porque é da Nação.

O ministro das Colónias não tolerará personalismos. E quando elles se pretendam abri-

gar em parágrafos e artigos da lei existente, deturpando o seu espírito, se tanto for necessário, modificará a lei.

O que não permitirá é que, quando há tanto a fazer, aqueles que nada fazem impeçam os outros de alguma coisa de útil realizar.

Tenho, porém, fundada esperança de que não será necessário o ministro das Colónias exercer a sua acção neste sentido, pois confio no amor às colónias e no patriotismo de todos os portugueses que trabalham no ultramar e que bem devem sentir que só pela optimista conjugação de esforços construtivos se levará a cabo a grande obra de engrandecimento nacional a que se vai lançar ombros.

O desenvolvimento económico de Angola merece ao Governo o maior carinho.

A nossa grande colónia de África Ocidental enviou já ao Ministério das Colónias um considerável plano de fomento.

O ministro das Colónias não só estudou atentamente esse plano, mas levou-o pessoalmente à consideração do Conselho do Império.

Este alto organismo pronunciar-se-à com inteira liberdade sobre elle.

Outra será a oportunidade para enunciar a minha opinião sobre esse trabalho, o que aliás já fiz na sessão daquele Conselho em que o apresentei.

Moçambique tem, como já foi dito, saldos de anos anteriores que lhe permite, sem recurso ao crédito, iniciar alguns grandes trabalhos.

Terminada esta reunião da Conferência Económica e atendendo às suas conclusões, submeterei ao Conselho do Império o plano geral de obras para Moçambique, no qual, bem entendido, se integram os estudos que já ordenei tanto aos serviços da colónia como à missão técnica a que há pouco me referi.

As alusões feitas às nossas duas maiores colónias serviram tão somente de exemplo da aplicação das regras de administração, que enunciei e que, naturalmente são extensivas a todos os domínios do nosso Império.

Escusado será insistir sobre os vícios de outra orientação. Mas porque nunca é demais combater uma ideia que mesmo dentro dos nossos meios coloniais encontrou acolhimento em espíritos visionários e irreflectidos, desejo afirmar que não queremos regar as colónias com dinheiro.

Rejeitamos o método de uma colonização capitalista, contrário às nossas tradições, ao bem entendido interesse das colónias e à lição de experiência colonial tanto própria como alheia.

Com os recursos financeiros de que a Nação dispõe, com a ciência colonial que o País alcançou, com as virtudes nunca desmentidas dos nossos colonos e com a dedicação patriótica das populações nativas, o Governo realizará no Portugal de Além-Mar a obra de engrandecimento anunciada pelo Chefe do Governo no ano X da Revolução Nacional.



O Discurso do Sr. Dr. Marques Mano

SENHOR Presidente da República: Os portugueses que trabalham no ultramar vêem, pela primeira vez, delegações representativas dos seus interesses económicos admitidas a colaborar, directa e oficialmente, ia dizer constitucionalmente, com o Governo do Império. Este facto, que na Metrópole não produz, nem anuncia, uma modificação fundamental, reveste nas colónias, por si e pelas promessas que lhe são implícitas, tão elevada importância, que o apontam como iniciando uma nova época na administração ultramarina.

Na verdade, até hoje, não existia, junto do Governo central, uma representação real das colónias. Tentara-se, quando muito, junto de certos organismos especiais, por meio de delegados, cuja permanência implicava uma escolha de pessoas residindo na Metrópole, e, portanto, com interesses atenuados na colónias que as designava. A representação parlamentar não se mostrava procedente senão por puro acaso. Os deputados não o eram das colónias mas da nação, e respeitavam a lógica desse princípio os partidos políticos, quando designavam candidatos que as não conheciam, e estes também, não tentando, depois de eleitos, conhecê-las. Esta pseudo-representação tentou corrigi-la João Belo, no Conselho Superior das Colónias, com delegados próprios de cada colónia, mas ainda

de cunho político por força da natureza do sufrágio e de generalidade na representação de interesses.

O ministro sr. dr. Armindo Monteiro, dispondo a obrigatoriedade da residência dos delegados e a inclusão de colonos nas delegações, e a separação de curtos períodos de trabalho por longos intervalos, estabeleceu, nas Conferências Económicas do Império, a representação que se buscava em bases definitivas. As colónias estão aqui realmente presentes.

Os meios coloniais ascendem assim a um princípio de direito de cidade, pelo exercício do qual participam na condução dos destinos comuns e se elevam a uma dignidade pública que lhes era desconhecida. Estas circunstâncias justificariam um grande empenho; outras, porém, o acrescentam largamente.

A crise económica produziu-se dentro do sistema económico, pelo mesmo processo de tantas outras que a precederam: a produção em livre concorrência ultrapassou a capacidade de consumo, os «stocks» acumularam-se, a indústria, para se desempedir deles, suspendeu o seu movimento, e por consequência as matérias primas deixaram de vender-se e a vida económica paralisou. Teria a mesma solução delas: a lei de ferro forçava o operariado sem trabalho a aceitar salários ínfimos, baixava o custo da produção, até se proporcionar ao poder de compra, estabelecia-se o justo equilíbrio dos valores de troca, e os «stocks» em consequência se drenavam e consumiam, deixando o caminho livre a um novo período de prosperidade.

Desta vez, porém, a sindicalização mantém inflexível a taxa dos salários—que absorviam, quando a crise sobreveio, por vezes mais de 70 % no preço dos produtos da indústria ligeira, única que nos importa; e a lei de ferro só pôde reflectir-se nas outras parcelas do custo, nela representadas em percentagens ínfimas, e especialmente sobre a maior e mais redutível dessas, a das matérias primas agrícolas, em geral produzidas individualmente para o mercado livre, e, portanto, sem defesa possível. Os preços mal baixaram, e os produtores de matérias primas agrícolas perderam ainda o poder de aquisição antigo. Mesmo depois de esgotados os «stocks», se é que já o não estão, não podem baixar os preços industriais nem subir os preços agrícolas—e por isso não se encontra processo de restabelecer o justo equilíbrio dos valores

de troca que constitue a solução da crise. O aperfeiçoamento industrial que produzisse sobre a mão de obra como que os efeitos da lei de ferro, substituindo grandes quantidades de força humana por força mecânica de trabalho, seria contraproducente, pelo outro problema que abriria na Europa de um desemprego em massa. A indústria continuará, portanto, a exercer uma ditadura inexorável sobre a economia de África, que paga às manufacturas com oleaginosas.

Em face desta aparência africana da crise, é impossível teorizar uma solução que não contenha uma substituição da lei de ferro pela razão de Estado. Já alguns países o fazem moderadamente. Um só procedeu à substituição, com uma certeza implacável, estabelecendo os salários segundo o critério livre do poder. Qual? A Rússia. Os que pensavam correr para a glória, precipitaram-se numa servidão de Estado, que não conhece misericórdia. Assim a Providência cega e pune o orgulho dos que pensam substituir-se a ela.

Não esperam, pois, as colónias que desta conferência possa resultar a solução de um problema que se propõe num plano universal, como é o da situação geral da economia africana; mas sim a solução de muitos dos seus problemas de detalhe; na actividade económica dos meios coloniais há os mais diversos aspectos a corrigir, a estimular, a desenvolver, a solidarizar e a proteger, com proveito indubitável dela e do Império.

O programa da conferência é de natureza exclusivamente económica e colonial. Nêle se incluem assuntos da maior importância e oportunidade. Sua excelência o ministro das Colónias, sr. dr. Francisco Machado, que realiza esta conferência, o vêem há muitos anos os portugueses que trabalham no ultramar, cruzar a África em todos os sentidos, visitando dela não só as nossas colónias, mas as alheias, e até recantos das nossas conhecidos de poucos; e isto no desempenho exactamente de missões em que tomou contacto com todos os interesses, grandes e pequenos, avaliou todas as empresas, julgou todas as aspirações, pressentiu todas as tendências e estudou todos os desânimos; e conheceu a terra e os seus recursos, as raças e a sua qualidade, os homens e as suas inclinações; raras vezes um ministro das Colónias terá aliado a uma inteligência e capacidade de resolução, como as de Sua Ex.^a uma experiência tão viva e completa do ultramar. Os meios coloniais ve-

rificam assim que o poder manifesta uma consideração e compreensão da sua actividade económica que lhes impõe a mais forte confiança no futuro.

A colaboração que hoje se inaugura, porém, inclui ainda em si a promessa de novas realizações. Ela irá sugerindo a necessidade e desenhando as formas, de se estreitar cada vez mais, ligando os territórios portugueses, na prática de uma solidariedade, que o seja em tôdas as dimensões. Então o Império, que já continha um território, uma administração e uma intenção, receberá o sôpro da vida, de uma vida que levará em si a promessa vigorosa de tôdas as vidas. A ideia será verdade. E um dia cumprirá a missão de alargar aos portugueses a visão do porvir, como já alarga a esperança.

Por isso, corre por todo o ultramar um côro de congratulações. Cabe-me apresentá-las ao Chefe do Estado, como primeiro magistrado do Império, e com elas os protestos da veneração, lealdade e acatamento dos portugueses do ultramar.

É exactamente nesta hora de exultação que as agências telegráficas, de quando em quando incluem as nossas colónias no rumor que espalham de um próximo debate europeu sobre África. Já mais de uma vez se condensou e desvaneceu a nuvem dos boatos da Imprensa sobre as nossas grandes colónias; mais uma vez, pois, se desvanecerá. Contudo, embora careçam de autoridade, os responsáveis por tais notícias exploram uma opinião pública internacional, à qual os portugueses do ultramar devem um protesto intransigente.

O poder, fiel depositário dos destinos nacionais, não precisa à sua volta senão de silêncio para que os defenda e conduza. Seria sempre o direito do poder e o dever da comunidade. Esse direito e esse dever impessoais assumem, porém, uma natureza pessoal, pelas qualidades de excepção do homem que lhes preside. O sr. dr. Oliveira Salazar conquistou o poder não com a promessa, mas com o facto da sua obra financeira; illustrou-o, estabelecendo os fundamentos de um novo Estado, cujo desenvolvimento orienta, e actualizando materialmente o País para a paz e para a guerra; e assim adquiriu um prestígio que é a mais forte garantia do nosso crédito material e moral entre as nações. O ultramar louva-se no condutor que entre elas

lhe coube, e a quem deve uma tranqüila certeza no momento que atravessa.

Não colide, porém, com os novos deveres para com o Poder, a observação das pretensões publicadas. Além disso, elas revertem com demasiada clareza em confirmação do nosso direito; e assim, o seu comentário constitui mais um acto de culto aos valores morais que representamos como nação colonizadora, e que lhes é permanentemente devido.

Reclamam-se territórios novos em que as nações com excedente de população a coloquem, e visa-se para isso a África tropical.

A África inteira, do Mediterrâneo ao Cabo, nunca absorveu, nem pode absorver, um excedente de população que some o de uma única nação da Europa. Das cinco nações que nela possuem territórios extensos, nenhuma conseguiu desviar para os seus senão uma parte inapreciável da emigração; e isto, mesmo quando a riqueza da Metrópole e do sub-solo da colónia parece devia oferecer para tanto possibilidades ilimitadas.

Esta insuficiência não provém de um capricho, evidentemente—a terra em tôdas as latitudes se oferece ao homem com a mesma generosidade. Provém de condições naturais tão pouco, ou a tão largo prazo, modificáveis pela indústria europeia, que, por enquanto, devem, para efeitos práticos, ser havidos como permanentes.

Cinjo-me a uma única dessas condições, porque ela desafia tôdas as soluções que não sejam de implacável extermínio. O nível de vida da raça indígena é de uma parcimonia inverosímil, pois que o sol é todo o seu conforto, quasi todo o seu vestido, e até, ao que parece, grande parte do seu alimento. O colono branco, por modesto que seja, tem de abandonar o trabalho, cuja economia se meça em quantidade, para se defender com a qualidade. Assim, à raça negra pertence forçosamente o exclusivo da mão de obra; à raça branca o predomínio nas funções de direcção; e a ambas o desempenho das actividades intermediárias. É a mão de obra que ocupa a massa de população de todos os países; na organização económica africana, ainda tão simples, as funções de direcção cabem a uma percentagem ínfima de habitantes.

Não há correcções que modifiquem, ou prometam modificar, a generalidade desta disposição natural das coisas.

Se reduzirmos a visão de África ao as-

pecto exclusivamente económico, verificamos como convém, quanto à população, que essa disposição se mantenha. A grande riqueza de África é a raça própria que a habita. Sem a sua resistência natural e imunidade relativa, a produção africana ficaria por colher; sem o seu nível de vida o preço dela elevar-se-ia tanto, que não poderia concorrer com o da produção do resto da zona tropical; em qualquer caso a África seria pouco mais que inútil ao Mundo. O primeiro cuidado de uma acção colonizadora com consciência dos seus meios não é o de a substituir, mas pelo contrário, o de a multiplicar, fortalecer e industrializar. Assim o exigem as condições gerais da economia africana; e assim o temos feito.

Devemos empregar, decerto, um esforço tenaz e violento para povoar as nossas grandes colónias, ocupando quanto por natureza ou indústria se adapte à vida de colono europeu. Mas empregamos esse esforço para nos assegurarmos, de uma vez para sempre, a nacionalidade portuguesa dessas colónias, e não para colocar o excedente da população metropolitana.

Os projectos que abstraem das condições do homem e do meio são sempre fáceis de architectar.

Reclama-se também o direito de nos substituir na valorização dos domínios africanos, pois que, dizem, não possuímos capitais bastantes para tanto.

As nossas colónias estiveram sempre abertas, de par em par, aos capitais de todo o Mundo, mesmo quando a alguns, por causa da sua nacionalidade, se lhes fechavam as colónias de outros países, como ainda fecham.

Esta valorização à custa de capitais, e, portanto, a falta de capitais, é, porém, outra ilusão. Não faltam capitais em África, quer para o fomento público, quer para o privado, pois que de toda a parte elles acorrem ao lucro, sem se preocuparem para nada com a nacionalidade que lho oferece; o que geralmente falta em África é esse lucro.

Falta nas nossas colónias e falta nas alheias. Mas aparecem os capitais logo que uma riqueza natural delas lhes promete larga recompensa. Então concorrem de todos os lados, se fôr preciso levando exércitos consigo.

É essa a lei do desenvolvimento dos países novos. São elles que pagam o seu próprio progresso. Não são os capitais estranhos. Esses quando muito, o promovem sem o realizar.

Pois que o não promovem sem a certeza antecipada do lucro, que por sua vez o realize,

O paralelo do desenvolvimento da África e da América; mesmo dentro de África das colónias mineiras e agrícolas; e, até, dentro das colónias agrícolas como são as nossas, das colónias de solo rico como S. Tomé e as colónias do continente—ilustra este facto com a clareza bastante. Para a América, para o Rand, para S. Tomé, se deslocaram ou deslocam populações inteiras, que não foi económico aproveitar onde estavam, embora isso diminuísse o custo do trabalho nas despesas do transporte, ou nas de maior salário. A riqueza essencial ao pagamento do progresso dos territórios não residia portanto, nem no capital nem no trabalho, mas na natureza. Foi esta que pagou a civilização do Novo Mundo, a prosperidade da União Sul-Africana, e a instalação das fazendas-modêlo. Onde escasseia o forte concurso dela, nem os africanos sepultarão os próprios capitais, porque ninguém melhor do que elles sabe que uma valorização forçada, só conduz ao encargo permanente e seu rendimento exigido para o conservar. Onde ela o preste, não precisa a África dos capitais de qualquer nação porque dispõe dos capitais de todas.

E também aqui não há correcções que modifiquem ou prometam modificar, a generalidade desta disposição natural das coisas.

Na nossa administração ultramarina, servem as considerações práticas, menos de guia do que de contrariedade. Assim se realizou um grande fomento público antes que pudesse haver elementos para o cálculo do seu rendimento e que, portanto, resultou, não inútil, de-certo, mas sem correspondência com a utilidade existente, ou desde logo desproporcionado pela sua grandeza com a utilidade a criar, ou mesmo puramente sumptuoso. Quem não conhecer os cadernos desta conferência pode garantir que as manifestações deste espírito não faltarão neles. Essa valorização pode orgulhar-nos porque tem elevado as nossas colónias entre as alheias de recursos iguais, mas de metrópoles mais fortes; do que nos custou e custa a ninguém devemos contas; basta-nos a certeza de que ela ultrapassa os nossos deveres de colonizadores, pois que estes não podem ser, em caso algum, superiores aos meios do território colonizado, sob pena de constituírem em última análise, uma criação onerosa, que porventura lhes viria até a comprometer a grandeza. A par de nós ví-

vem épocas graves de ruína, nações que lamentam tê-lo esquecido.

A consciência ou, pelo menos, a intuição das realidades africanas, não a mostram senão aqueles que se desembaraçam de eufemismos e propõem a questão com brutal egoísmo. Os seus países são desprovidos de oleaginosas e de ouro com que se comprem; têm, portanto, o direito de as adquirir com a sua própria moeda, ou como se assim fôsse, nos territórios das nações que pareçam desprovidas de forças militares que os defendam. O projecto não oferece uma espécie de comunismo entre as nações das matérias primas, e nem sequer das oleaginosas de todo o Mundo. Exclue qualquer direito de reciprocidade entre os mesmos países interessados. Pretende, portanto, e necessariamente, destruir um privilégio territorial alheio sem abdicar do próprio. Contém um projecto de esbulho, sem mais nada. Tão claro, que não admite comentário, pois que necessariamente tão claro como êle.

Essa África dos nossos censores, vista sob um aspecto exclusivamente utilitário, é, para nós, portugueses, irreconhecível. A abstracção do homem económico, que não outorga ao indígena uma realidade senão quando êle consome da indústria do Mundo e para ela produz, revolta-nos por absurda, e reveladora de uma carência completa de vocação colonizadora.

A África não é apenas um mercado de troca de manufacturas por oleaginosas; mas sim uma criação moral secular, sem preço possível. As cidades, as comunicações, as culturas admitem avaliação. O desbravamento da espessa humanidade negra não se efectuou só à custa de fazenda, mas de heroísmo, e não só de heroísmo, mas de fé, e não só de fé, mas de humanidade, dessa nossa humanidade, ardente, quasi impermeável a influências estranhas, mas que impregna de si quanto a cerca, coisas e almas. Culto se deve aos mártires, glória aos heróis, honra aos sabedores; mas homenagem aos incansáveis trabalhadores que a África consumiu e consome e que não deixaram nem deixarão nome porque não foram êles que lutaram por empenho próprio, mas a raça que levavam entre si e cuja fatalidade se lhes impôs.

Dêles foi a raça negra recebendo através dos séculos não sei porque oculta força da nossa natureza a forma de ser, mas força tão pura e espontânea que se exerce e como que,

irradia, sem propósito, o reflexo daquele orgulho, fidelidade e graça, que parece irreduzível na nossa gente; e as populações negras das nossas colónias distinguem-se entre as populações coloniais das nações mais soberbas, deixam-se conduzir sem o rigor penal que aquelas não dispensam e a nós não faz falta nenhuma, e de tal forma nos reflectem por vezes, embora como um espelho mais ou menos deformado, mas em que a imagem é a nossa e não outra, que entre indígenas sentimos se estamos ou não dentro da pátria. As raças em contacto connosco são já portuguesas, numerosas e leais. Elas constituem uma grande reserva de forças à disposição do nosso poder de querer.

Colonizando, nós não cumprimos um dever europeu. Nunca é demais frisá-lo. Cumprimos um dever português, porque nós o concebemos como hoje se concebe, e o praticamos para exemplo dos que vierem depois e nunca se lhe entregaram tão inteiramente como nós. Para êsses pode o indígena ser um bicho a exterminar ou uma mão de obra cuja mais valia conscienciosamente se explora. Para nós é uma pessoa que se desenha, um português que se modela, um cristão que se forma. É uma criação moral e como tal inalienável.

Defendendo-a, defendemos alguma coisa que é feita à nossa imagem e semelhança, defendemos a nossa concepção da vida nacional, defendemos a nossa própria humanidade.

Um serviço ficamos sempre devendo a êste rumor de boatos coloniais, que de anos a anos perpassa nas gazetas—o de lembrar aos portugueses que os une um interesse superior a tôdas as contingências; serviço desta vez oportuno, pois que, se temos certeza no momento, não devemos ter confiança no mundo.

No universo chocam-se contradições desproporcionadas às disponibilidades que há para as resolver. Por um lado, procuram as nações talhar à sua indústria, cuja vida o não dispensa, exclusivos territoriais estancques por tôda a face da terra; e a terra é pequena para tantas, tão frementes e tão poderosas ambições. Por outro lado, alui as coesões nacionais a aspiração de uma batalha contra tôdas as pátrias, e que promete arrazar nelas as próprias condições naturais da vida humana. Cada país vai ainda sofrendo ou vencendo o seu destino sem sincronismo de soluções com os outros países, e assim, as contradições uni-

versais que eram inconciliáveis no espaço não o serão no tempo senão ao termo de um longo processo de catastrofes.

Desta cadeia de batalhas nacionais e internacionais, que resolverão o caos de contradições que envolve o mundo, não se concebe que qualquer nação tire a salvo o que lhe é fundamental, sem se confirmar uma unidade moral que seja o suporte inabalável da unidade disciplinar.

A unidade em volta do fundamental só é possível pela exclusão das oposições entre o acessório: pela condenação formal das transformações que se persigam fora da disciplina do poder; pela abdicação de tudo quanto em nós não seja ou não possa ser unânime; pela convicção de que todos os nossos actos pessoais se podem traduzir em serviços ou des-serviços do Império.

Assim, a ordem moral corresponderá fielmente à ordem disciplinar, e cada um terá cumprido o seu dever até ao fim—mas não mais do que é preciso.

E agora, que expressaram os seus problemas, as suas preocupações e os seus votos, querem os portugueses do ultramar prestar homenagem aos portugueses da mãe-pátria. Eu, que por eles falo, qual encontro que lhes seja mais grato? Pois creio bem que a de dizer-vos como que uma carta de irmão.

Dizer-vos primeiro, como convém quão viva é a lembrança do tempo que passamos juntos. Partimos uma remota manhã, poucos ainda, para uma cruzada magnífica, que havia de durar cinco séculos, e acabar com um abraço da raça a tóda a volta do Equador. Não a fizemos sem lágrimas, assomos que depois se lamentam, retrocessos sangrentos. Mas atravessamos aquele estádio social, que Deus só concede aos povos eleitos, e de milénio em milénio: as soluções de todos os problemas do homem fundiam a sua representação prática numa só concepção de acção colectiva, que era sublimada por uma fé altíssima e permitida por um mar sem concorrentes. O impulso arrastou tódas as revessas. Apertamos o Mundo no nosso abraço e êle fecundou uma era portentosa, com supremo assombro e confusão nossa. A missão era tão grande, que por ela merecemos ser crucificados. Ainda hoje celebramos o nosso canto de orgulho. Fomos crucificados, porém, como se crucifica um grande povo: numa batalha digna da epopeia pela tragédia, e que, pelo naufrágio ideológico que significou, nos deixou sobre os

ombros o peso de uma amargura perpétua. Suposemos ter perdido a nossa razão de ser e deixamos de ser. Mas um estranho profeta veio revelar ao povo—e o povo acorria e suspendia a respiração para o ouvir—qué o seu grande tesouro se não perdera e confiasse. Confiamos. Ressurgimos. Era verdade. O tesouro existe, porque de vez em quando o seu esplendor, nos envolve como uma rajada de fogo. À sua vista soltam-se de nós os prodígios de sempre—e ainda são vivos alguns dos últimos que o viram. Como é gentil, sincera, e profundamente humana a história da nossa vida!

Dizer-vos ainda, como se partilha o nosso amor da mãe-pátria como o das suas imagens dispersas por todos os mares. Aqui não se pressente aquela paixão, que prende às colónias os que por lá se demoram, e que êles mesmos tão mal se explicam. São terras ardentes aquelas. A vida é sêca e violenta. A vontade visa mais directamente o seu objecto, e dirige-se a êle contando apenas com a dificuldade prática dos meios, e não com uma pragmática que a deixa perplexa, e com as qualidades natas dos interventores, e não com as supostas qualidades que parecem inerentes à posição social. O homem desamparado dum meio que o corrija, devora o tempo em acção, nem sempre com proveito, e até com desproveito, mas em acção pura. Êle não é feito em série, nem tem que obedecer à lei da série, mas ser o que realmente é, como se fôsse perdido e só num planeta novo. A natureza que nas coisas e nos espíritos se reserva com teimosia hostilidade, nada há a opôr para a vencer senão o endurecimento do conceito da vida. Êsse é incompatível com o racionalismo medular que enleia a acção criadora numa rêde de escrúpulos verbais, ópio da vontade que aqui se cultiva com tanto desvanecimento. Êle não tolera em sí, do amor que abranda, desvia, e rende, senão o desejo que queima. A vida é uma experiência permanente do poder.

Mas quando a férrea tensão dos nervos se quebra, é à Mãe-Pátria que o cansado pede a graça e a ternura que temperam a coragem. Mal se abandonou, é como uma anúncio; o céu logo azul, um rio passa murmurando sob um renque de faias, vibra na côr dos outeiros uma alegria pura de viver:

(Conclue na página 27)



Página literária

PLANÍCIAS verdes, alegres, bordadas dum arvoredado espaçado.

O horizonte é largo. A vista pode alongar-se, cabriolar saltitante de acidente em acidente: uma árvore com as filhas mais pequenas em redor; um morro ocre de termitas

entre o capim esmeralda a mostrar a sua curiosa arquitectura; mais além uma palmeira a rever-se vaidosa num lago de águas estagnadas, onde passeiam flamíngos de asas côr de rosa e garças alvíssimas à procura de peixes para os filhos que os esperam inquietos nos seus ninhos toscos, construídos, às centenas, nos «poilões» mais altos das cercanias.

Na época das chuvas a planície alaga-se com a água das enxurradas que arrasta detritos riquíssimos em matérias fecundantes e que vão nutrir, dar crescimento ao arroz tratado pelas mãos habeis dos balantas.

São eles que habitam estas paragens onde construiram as suas palhotas, em leves acidentes, do terreno, onde vivem de lavar o arroz e criar gado. Gente alegre, sãdia que pratica com devoção a arte do roubo.

O espírito alegre, dá-lhe a planície, franca, aberta, iluminada pelo sol esplendoroso desta terra; os arrozais, dum verde suavíssimo, são

Do livro:

ÁFRICA

de JOÃO AUGUSTO

transcreve-se um capítulo

aguarelas delicadas, graciosas, que insuflam optimismo.

Ali pode o homem rir, cantar, que o riso ou o canto logo se espalham comunicativos aos quatro ventos. Não sucede o mesmo ao homem da floresta, feiticeiro, mentiroso, desconfiado. Este não pode

livremente gargalhar que o eco do seu riso será imediatamente abafado pela cortina espessa das árvores. A vista não a pode ele alongar que logo a barreira da flora exuberante se ergue a impedi-lo; d'aí a índole reservada, tenebrosa e bisonha dessas gentes.

Assim o são os Nalús: feiticeiros e desleais, creadores duma escultura em madeira policromada, misteriosa desconcertante, difícil de interpretar. A figura humana, imprimem ademanos hieráticos. Quando representam irracionais, são híbridos, impossíveis de determinar. Contudo, as produções apresentam um aspecto decorativo que sugestiona e encanta.

Em contraste, os balantas, homens da planície, são sádios, trabalham as *bolanhas* de arroz animando-se com o eco de seus doidos cantares. Dedicam-se ao sport do roubo e da fêmea que são, a par da lavoira do arroz e da criação do gado, as únicas ocupações dignas dum verdadeiro «burássá!»

Corpo atlético, revestido duma cútis luzidia, vivem em semi-nudez expondo-se, indiferentes às intempéries. Usam cobrir as partes unicamente com um búsio, a casca de uma tartaruga, ou, às vezes, uma lata de sardinhas, vasía, que mal lhes esconde as vergonhas; de resto, isso não os preocupa: também praticam o nú integral e é com «ronco» e ímpudor que exibem o sexo. Tunantes nas coisas do amor, emquanto não iniciados, ainda quando o ritual lhes não permite a posse de mulher, êles entretêm-se com as «bajudas», pela calada da noite ou no escuro dum bosque, a excitá-las com titilações brêgeiras.

Obriga-os a moral à prática do roubo que é, entre êles, manifestação de pujante virilidade. As peripécias e perigos inerentes à sua consumação conferem aos seus autores, foros de uma masculinidade digna da aura popular. Cantares que correm céleres de bôca em bôca, celebram as façanhas mais retumbantes dos larápios em voga, cujo amor é disputado pelas mulheres.

Despresível aquele que em noite escura de tornado, quando os coriscos rasgam o negrume e a chuva cai diluviana, se não afoiça a percorrer quilómetros para, sorratamente se introduzir no curral dum fula e roubar-lhe a melhor rês, sem deixar o mínimo rasto que denuncie o ladrão.

Soberbamente nú, o corpo besuntado de óleo de palma, entre os dentes brancos a faca de dois gumes, não há «blufo» que em noite propícia se não atreva, altas horas, a perfurar a casa de adôbes dum pacato comerciante adormecido e dela extraia panos, tabaco, contárias, terçados, tudo emfim que topem seus olhos faiscantes de cobiça.

Não raro acontece que uma bala certaia lhes corta o fio da existência ou então lá conseguem escapar milagrosamente com um membro partido, sem que no entanto, tais precauções os façam esmorecer sequer um instante.

É tanto o amor desta gente pelo gado bovino que na sua música encontram-se expressões dolentes inspiradas no mugir dos bois. Nas festas da circuncisão e da ceifa do arroz ornamentam-se de cornaduras de boi e vá de como êles, dar marradinhas, roncões e mugidos imitando-lhes, com arte, todos os trejeitos. Vivem paredes meias homens e animais disfrutando uma felicidade idílica:

No interior de uma palhota geme uma mulher; está sôbre uma esteira, nua, pernas abertas, as mãos crispadas. No rosto lêem-se as

dores que atormentam. Torcendo-se e retorcendo-se, ela procura ver-se livre do ser que se move, impiedoso, a dilacerar-lhe as entranhas.

Logo ali ao lado, em compartimento separado por estreito tapume de estacaria e bambús entrelaçados cobertos duma massa feita de excrementos de boi e barró dos pântanos, geme, prostrada no chão, uma vaca prestes a partir.

Os garotos escarranchados no dorso das réses mais submissas levam o gado a pastar, e quando no mato, o agulhão do desejo os impele a procurar a satisfação genésica, são, à falta de fêmea humana nas cercanias, as vacas que cevam seus instintos bestiais.

★ ● ★

Primeira Conferência Económica do Império

(Conclusão da página 25)

a velha casa está envolta no perfume dos pinhais. As próprias paredes se humanizaram com o sonho de muitas gerações. Ela abraça carinhosamente em si os que, pelo poder que o seu amor exerce de tão longe, são, mesmo longe, a melhor parte de nós mesmos. Há sempre, entre êsses, mulheres; pode faltar na casa do colono a imagem de Cristo, mas nunca falta a daquelas a quem, com discreta doçura, encarregou de por êle ungirem de bálamo as feridas dos que lutam; benditas para sempre aquelas que o sabem ser, mandam que eu diga, aqueles que ficaram longe. Depois a porta abre-se mansamente, sem que a nossa alma precise de bater para entrar em paz... Mas agora reparo que estas horas não se confessam. Em terras que escaldam o orgulho não se rende.

O nosso amor partilha-se porque a África é acção, e a Metrópole tradição. Dos dois conceitos da vida, qual o mais sedutor—o daquele mundo por fazer, ou o dêste mundo já feito? Nunca podemos decidí-lo. Por isso os de lá estamos sempre condenados a sofrer a ausência dum dêles.

E dizer-vos, por fim, que nascidos cá ou lá, nada nos distingue, nem nas nossas qualidades, nem nos nossos defeitos; que vivemos e sofremos as duras realidades de tôda a terra, e ganhamos o pão nosso de cada dia com o suor do nosso rosto; que sonhamos o mesmo sonho, sabemos ser êle o grande tesouro da Nação, e que por isso o havemos de guardar e defender ciosamente—para um dia, juntos, o gastarmos às mãos largas.

DA IMPRENSA

IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

T R A N S

POR esta pergunta é já sintoma

de uma inquietação que persiste, mesmo depois duma reflexão assente sobre factos.

Quais são os factos?

A imprensa quotidiana tem-nos trazido nos últimos tempos freqüentes ecos de boatos formados no estrangeiro, na Alemanha sobretudo, e que dizem respeito a certos apetites vorazes contra as pequenas nações. Isto não é novo. A história do lobo e do cordeiro é eterna—mas nós vivemos num tal estado de perturbação depois da Grande Guerra, que as noções de lealdade, de fraternidade e de justiça, cujo respeito tinha fabricado a glória da nossa civilização, parecem de pouca monta nas decisões dos grandes do dia e que as ameaças, venham de onde vierem devem encontrar-nos alerta.

E visto que é a questão colonial que particularmente nos interessa examinemo-la friamente.

Se o nosso Congo está em perigo, de que lado sopra o vento perigoso? Do lado inglês os apetites coloniais estão satisfeitos até à mais completa saciedade; os franceses estão sensivelmente na mesma posição—e

os italianos pela magnífica vitória que alcançaram adquiriram o império dos seus sonhos, império que satisfará, pelo menos por cem anos as suas ambições mais vivas e a sua actividade mais diligente. O sr. Mussolini declara-se satisfeito—qualquer o estaria por muito menos—e esta notícia sensacional publicada por "Le Soir", de 24 de Maio é agora desmentida: "A Alemanha e a Itália estão de acordo para espoliarem das suas colónias os belgas, holandeses e portugueses".

Não há fumo sem fogo, diz o provérbio que mais uma vez tem razão. Lembremo-nos, com efeito, que ainda não há muito tempo, lemos um declaração análoga, emanada do sr. Lloyd George, pela qual este pretendia satisfazer a voracidade alemã... com as colónias dos outros.

O perigo vem pois simplesmente de Além-Reno e das complacências criminosas de políticos sem escrúpulos, capazes de todas as vilanias contra as pequenas nações, que eles julgam indefesas.

A Alemanha que arrasta as suas grandes botas, range

os dentes, afirma a eficácia da sua pólvora bem seca e do seu sabre afilado com esmeril e procura apoios para recuperar as suas antigas colónias.

E os fortes, ou que tal se julgam, respondem: "O que nós temos guardamo-lo muito bem; vá ter com a Bélgica, a Holanda e Portugal; vá que nós damos-lhe carta branca".

Georges Curtins na "Independência", de 24 de Maio terminou assim um excelente artigo: "É preciso, pelo que respeita à Bélgica, que a situação do Congo—não segundo os princípios e os tratados, mas na realidade—seja claramente examinada e precisada sobre o plano económico, político e internacional".

Sim, mas não é em Genebra, nem em qualquer conferência internacional que é preciso fazer isso. É no próprio seio do Governo belga que, antes de mais nada, deve promover que a Colónia tenha uma administração

inteiramente capaz e digna de gerir o nosso império colonial, em nome do país.

Os nossos direitos sobre o Congo não podem ser discutidos—e os próprios alemães devem recordar-se que o seu grande Bismarck, tendo julgado que os projectos coloniais de Leopoldo II eram perigosos lhe profetizou: Perderá lá o seu nome e a sua fortuna!

Ninguém pode esquecer que Leopoldo II, tendo prometido

solenemente combater o tráfico de escravos sobre a terra e sobre o mar, foi obrigado a sustentar durante mais de vinte anos, contra sinistros e poderosos traficantes de carne humana, as campanhas Árabe Madhiste e Batetela. Por fim, contra os alemães mesmo, foi preciso manter e ganhar a guerra de 1914 a 1918, pela qual pretendiam tirarmos o Congo.

No princípio dessa guerra, não tínhamos nada por assim dizer, que nos permitisse lutar com sucesso contra um inimigo preparado de longa data. E aqui está um episódio que demonstra com clareza que se para uns a força sobreleva o direito, a força bruta é nada diante do fraco que resolveu defender o seu direito até à morte. No mês de Novembro de 1914, o desfiladeiro do Monte Héhu, Kivu foi confiado à guarda de cinquenta soldados às ordens do sargento prêto Bunza-Consigna: aguentar até à morte do último homem se for necessário, em caso de ataque.

Uma coluna inimiga, forte de várias centenas de sol-

(Conclue na página 32).

PORTUGAL COLONIAL

COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

DE alta cultura foi, na realidade, a conferência pronunciada pelo Dr. Agostinho de Campos, distinto professor e homem de letras, dentro da série de conferências promovidas pelo senhor Ministro das Colónias.

A elegância da exposição alia-se o vernáculo da Língua, à justeza das referências históricas a observação das nossas virtudes colonizadoras.

Dentro do tema desenvolvido "a tradição colonial e política do Império", o ilustre e cultíssimo conferente aborda sucessivamente os seguintes assuntos: início da nossa colonização com a anexação do Algarve—um reino à parte; a seguir a expansão pelos Algarves de Além-Mar em África. Evidencia como a tradição colonial do Povo Português se engrandece aliada a uma pobreza de recursos que maior vulto lhe deu.

A este respeito, o conferente foca maravilhosamente o sentido da nossa colonização e a superioridade moral das nossas aspirações nos seguintes termos: "uma das nossas esperanças é que nos deixem continuar a ser pobres parecendo ricos e ricos parecendo pobres; é que nos não cobicemos as riquezas que temos, alegando que não enriquecemos com elas; nós não queremos enriquecer: queremos viver—que é coisa muito mais rica".

E documentando com factos e ainda com referências de autores nossos e estrangeiros esta elevada tese, assente na verdade e na justiça, condensa nestas palavras todo um programa superior, ligado a um elevado e são conceito da vida: "o mundo vive muito mais do trabalho, das necessidades e ambições dos pobres, que das fortunas dos ricos".

A formação desse grande Império, que é o Brasil, dá ao conferente principal motivo para demonstrar a grandeza da nossa força civilizadora, a pesar-de, além de pobres, sermos poucos.

Em toda a sua brilhante conferência, o Dr. Agostinho de Campos é sobretudo um optimista, sem cair nos exageros basofientos. A pergunta que ele mesmo põe: "desapareceram na tarefa imensa algumas das virtudes de Portugal?", logo responde: "ele pode recuperá-las e rejuvenescer, se quizer".

Sadia confiança no futuro da Pátria e de fé nas virtudes da nossa raça!

Nacionalismo verdadeiro, sem agressividade nem tea-

tralidade! Conhecimentos das nossas qualidades latentes e convicção forte do direito que nos assiste! Caracterizando a nossa tradição colonial, o orador fluente disserta sobre a sua marca fundamental: a feição cristã da nossa colonização—"um cristianismo atraente, europeizante, comunicativo, tranquilizador para o futuro da raça branca, mais do que se o tivéssemos na bôca e por essa mesma bôca franzida cuspiéssemos sistematicamente o desprezo das raças diferentes da nossa".

Que profundo conceito e actualidade flagrante não contém estas palavras!...

A seguir, e nesta mesma ordem de ideias, faz avultar os resultados da propagação do cristianismo por todo o

mundo através das nossas navegações e descobrimentos. O papel das missões cristãs é apreciado com justiça. O seu elogio contém-se nas seguintes palavras: "as missões cristãs actuaram e actuam, ao menos moralmente e de modo efficacíssimo, por vários caminhos convergentes; são o fermento de idealismo e de desinteresse, compensador dos impulsos de lucro que muitas vezes predominam nos colonizadores; levam

consigo o germe da civilização ocidental, insinuando nos espíritos rudes das raças primitivas ideias e normas de vida que lhes eram alheios e os aproximam de nós".

E mais adiante:

"É uma epopeia de esforços e de sacrifícios, iniciada logo depois da conquista de Ceuta, em 1415, prosseguida à proporção que o Mundo se ia alargando com os Descobrimientos, e que nos nossos dias se continua, com o mesmo entusiasmo e a mesma fé religiosa e civilizadora".

E para terminar esta breve análise, que teve por fim especial contribuir para divulgar um tão belo e são trabalho, impregnado de verdade e de salutar nacionalismo, transcrevemos o final:

"Quando os modernos filantropos de profissão (e até de negócio) acusam os portugueses de terem empregado a escravatura como meio de colonização (no que aliás foram seguidos e imitados à letra por outros países que arvoram em críticos)—é freqüente esquecerem-se (porque a sua cultura histórica é nula e a sua hipocrisia atrevida) destes factos capitais; que a escravidão existia como re-

Uma Conferência notável

Da "União", de Lourenço Marques
de 16 de Maio de 1936.

PORTUGAL COLONIAL

gime normal entre os negros; que a intervenção portuguesa missionária ou civil, encontrou por quasi todo o Ultramar os costumes mais bárbaros, as grandes orgias canibalescas, a horrível carnificina dos prisioneiros de guerra pelas tribus vencedoras— e a tudo pôs termo com persistência e habilidade, em grande beneficio da civilização e do progresso moral das raças interiores”.

Estas palavras são bem a resposta de verdade à mentira, do direito à usurpação, da razão e do saber à ignorância e à má-fé. São a mais bela e certa resposta às cobiças insaciáveis e a mais forte e justificada afirmação que temos lido, do nosso direito e força de país promotor e realizador de uma grande obra de Colonização e Civilização.

C. M.

110

estranheiro

Exibiram-se há dias, em Londres, vários films destinados principalmente, aos indigenas: Estas fitas, filmadas na África Oriental, com elementos ingleses, são a primeira “etape”, dum programa que procura interessar o indigena nesse assunto, para prender a sua atenção. Os films projectados em Londres, são fundamentalmente, documentários e ensinam duma forma elemental a maneira de tratar o gado, cultivar a terra e construir conforme as regras. A filmagem principiou em Julho do ano passado. Em Janeiro, já dispunham de onze films sonoros commentados em inglês e em sete linguas indigenas diferentes. Já foram exhibidos na Rodésia do Norte, no Nyasaland, em Tanganika, na Uganda e no Kénya, depois das 9.000 milhas percorridas pelos seus organizadores. As fitas foram vistas por 80.000 indigenas que demonstraram o maior entusiasmo por esse espectáculo.



A conquista da Etiópia está terminada. O problema italo-etíope está longe duma solução. A face diplomática da questão permanece árdua e delicada,—acaba de nascer e não morrerá, sem dolorosas beliscaduras na Europa.

Por um lado a rectificação do Senado Italiano aos decretos relativos a anexação da Etiópia e a fundação do Império; do outro, a conservação das sanções adoptadas pela S. D. N. collocaram as bases do problema cuja solução se apresenta, cada vez mais confusas.

Nas conjecturas actuais, há um facto a temer, como se fosse a peste,—é a saída da Itália da S. D. N. depois da Alemanha e da do Japão. Era o fim do organismo géno-ves. Era a porta aberta a tôdas violências, violações de tratados e expansões imperialistas sem freio...



As pretensões alemãs sobre o Tanganika, inquietam cada vez mais os meios ingleses, que a-pesar-do *reto* que estão decididos a opôr a essa pretensão, não deixam de encetar a questão com alguma angustia. A secção Est-Africana na Câmara do Comércio em Londres, reuniu na semana passada para expôr ao Primeiro Ministro o seu

ponto de vista. Resumindo: “As certezas repetidas dadas pelo Governo, que nunca se tocará nos territórios sob mandato, são muito fracas. Precisamos duma prova tangível dessas promessas, do contrário, o Comércio e a Indústria, ficarão na incerteza onde a politica europeia, as mergulhou. A confiança já lá não reina”.

Apostemos, que a situação precária do “Colonial Office”, é a causa dessa falta de entusiasmo e que só uma reforma vigorosa poderá restituir a unidade de vistas.

Livros e Publicações

No Mundo dos Homens, por *Eduardo Malta*.

Eduardo Malta não é só um grande pintor retratista. Desde a publicação deste seu livro conquistou também um alto lugar entre os prosadores nacionais.

O artista que já tinha marcado um lugar interessante na literatura em pequenos descriptos dispersos, mas que se mantinha essencialmente, um pintor—é também, na plena acepção do termo, um escritor de raras qualidades.

“No Mundo dos Homens” é um romance rápido—um romance dum pintor que escreve muito bem.

Em “Aviso” a abrir o volume diz o autor: «*Neste livro conta-se, combatendo-a, q má educação amorosa da mocidade masculina portuguesa. E assim, sendo um livro moral, tem algumas páginas impróprias para menores.*»

É necessário dizer que o autor ficou muito à quem dos objectivos que se descortinam neste aviso. O romance não agita, de facto, a grande questão que impressionou o autor. O fim social que visou foi inteiramente falhado. A história, o caso, que constitue o fundo do romance não tem a extensão, nem a côr, nem o forte poder impressivo dum caso tipo.

Mas é necessário dizer também—e esta circunstância constitue para Eduardo Malta a razão máxima do êxito que alcançou—que isso pouco importa. Eduardo Malta fez com um assunto banal um bom livro. E o livro é bom, vigoroso, sadio na linguagem magnífica, na simplicidade elegantíssima do estilo, no brilho inconfundível de tantas páginas que qualquer grande escritor não desdenharia subscrever. Lê-se dum fôlego—e lê-se com uma sensação de bem estar espiritual que só se alcança perante as cousas verdadeiramente belas.

Feitiços, por *Guilhermina de Azevedo*.

É um prémio de literatura colonial. Uma nova escritora que se apresenta bem, com assuntos interessantes. Sejam quais forem os defeitos deste primeiro livro, há nêle a revelação de qualidades que nos permite saudar um novo valor na literatura colonial.

Guilhermina de Azevedo traz consigo o defeito de muitos principiantes, embora seja incontestavelmente uma principiante com talento e qualidades notáveis: certo preciosismo de forma sem a qual muita gente julga que se não faz literatura, certo esforço para fugir à simplicidade—um abuso notável de reticências. São defeitos que a escritora corrigirá. O talento que demonstra em tantas páginas cheias de interesse, garante que também Guilhermina de Azevedo virá a compreender que o escritor só começa a diferenciar-se e a constituir a sua personalidade de artista quando domina uma forma simples. O arrevogado, os exotismos, a tortura dos adjectivos rebuscados são recurso fácil dos que ainda desconhecem a arte complicadíssima de ser simples.

Em resumo: Este livro tem tôdas as qualidades dum livro duma escritora com talento que de-certo não fica por aqui.

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês *À margem da Conferência Económica*

A reunião da primeira Conferência Económica do Império tem, além de outras virtudes, a de permitir que os delegados das Colónias, entre os quais muitos saíram da Metrópole há muitos anos, sintam e vejam de perto o progresso do país dentro duma organização em que a ordem e os processos são comandados por princípios que já não discutem pois se consolidaram pelas suas obras.

Todos sabemos quanto o trabalho e a organização nas colónias, quer por motivo da sua qualidade de países em formação, quer por via de certos processos que as circunstâncias especiais da ocupação mantiveram, embora aperfeiçoados, precisam da consistência de certos princípios e da rigidez de certa disciplina para que produzam o melhor rendimento.

Esses princípios, essa disciplina são, de começo antipáticos. Dão a impressão de prenderem os movimentos, de se oporem às realizações, de atentarem contra alguns conceitos

de liberdade individual. São por consequência difíceis e ingratos de instalar.

E como as suas consequências não são instantâneas e exigem do tempo uma ajuda indispensável, começam a ser torpedeadas antes de frutificar.

Quando triunfam acontece o que se verifica na Metrópole: todos concordam que valeu a pena suportar o período de constrangimento e de antipatia inicial.

Os resultados falam por eles: os movimentos são afinal fáceis, as realizações surgem por toda a parte e os prejuízos nas liberdades individuais são compensados pelos ganhos nas liberdades colectivas.

Os delegados das Colónias têm agora ocasião de palpar os resultados de certos princípios, traduzidos no notável progresso moral e material do país. Isso deve impressioná-los.

E com eles voltarão às colónias, certamente, algumas ideias que as colónias têm interesse e desejo de cultivar.

H. G.

Notas do mês

Cabo Verde

Vai ser aberto concurso para o preenchimento de lugares vagos nos quadros de fazenda de Cabo Verde.

Guiné

Na Repartição dos Serviços de Saúde e Higiene, está aberto concurso por trinta dias, para provimento de uma vaga de farmacêutico no quadro de saúde da colónia da Guiné.

S. Tomé e Príncipe

O governador de S. Tomé e Príncipe comunicou ao Ministério das Colónias que foram inauguradas com grande solenidade, e sua presença e a do corpo consular e autoridades militares e civis da Ilha de S. Tomé, a capela do Bom Jesus, a Avenida Bombarda e a rede telefónica. Também foi inaugurada a povoação Bombom.

Angola

A "Casa da Metrópole," em Loanda vai iniciar a publicação dum boletim trimestral, no género do que foi editado pela "Casa da Metrópole," de Lourenço Marques.

Foi solicitada autorização ao Governo para a médica alemã Hilde Jucobi Ring ir a Angola, em missão

científica, estudar o estado dos dentes dos indígenas empregados nas plantações de cana de açúcar em Catumbela.

• Segundo notícias recebidas de Angola sabe-se ter partido de Loanda para Malange, o Governador Geral, sr. coronel Lopes Mateus, iniciando uma longa viagem através da colónia pelo interior: Machico, Bailundo, Bié até ao Cuanhama.

A comissão central de Loanda para angariamento de fundos destinados à compra do Palácio da Restauração em Lisboa, depositou na filial local do Banco de Angola, a importância de 17.048,80 Ags., proveniente da subscrição realizada entre colonos e residentes em Angola.

• A comissão de classificação de estradas da colónia adoptou o critério de as dividir em três categorias: "1.ª ordem", as principais estradas e as que servem para trânsito internacional; "2.ª ordem", as interprovincias; "3.ª ordem", as estradas subsidiárias.

• Foi publicado um decreto, fixando os vencimentos do inspector dos correios e telégrafos do círculo da África Ocidental, quando em exercícios de funções na colónia de Angola, em 17.000\$ de categoria a 34.000\$ de exercício, no total anual de 51.000\$.

• Foi retirada a autonomia administrativa aos liceus de Angola, deixando de ter aplicação o que, neste capítulo, era determinado pelo Estatuto de Ensino secundário em vigor na colónia.

A exportação de algodão desta colónia em 1935 foi de 1.400.653 quilos, mais 501.195 do que no ano anterior. Embora muito longe das suas possibilidades, este resultado é digno de registo.

• Nas concessões da Companhia de Diamantes de Angola, no Dundo, foram feitas experiências de um serviço privativo de telefonia, com o melhor resultado. Estes serviços destinam-se a ligar a sede às minas em exploração.

• O Governo de Angola vai adquirir grande quantidade de sementes seleccionadas de arroz a fim de aumentar a sua produção.

A mesma colónia tem já pronto para exportar 1.000 toneladas desse cereal.

• Vai ser modificado o regulamento das granjas das circunscrições civis de Angola no sentido de simplificar os seus serviços e mecânica administrativa.

• Foi inaugurada a sub-estação telefónica de Loanda.

• Solicitaram autorização ao governo desta colónia para contraírem empréstimos com o Banco de Angola, na importância de 1.200 e 1.000 contos, respectivamente, as Câmaras Municipais do Lubango e Ambriz, etc. Estas operações deslinam-se a melhoramentos urbanos e outros de interesse regional.

• O Conselho do Governo desta colónia apreciou um projecto de regulamento do caça, onde é criado um organismo para superintender em assuntos cinegéticos e se estabelecem reservas de caça e a criação dum parque.

• Vai ser proibida, em Angola, a exploração de instalações de cinematógrafo, episódicas ou ambulantes, nas localidades onde estejam montadas e a funcionar regularmente instalações de carácter definitivo.

• Em Mossamedes foi montado um laboratório de análises de produtos da indústria piscatória; de futuro não será permitida a exportação de qualquer quantidade de farinha de peixe sem ser acompanhada do respectivo boletim de análise.

• Foram abertos créditos de: 259.226,60 Ags., para liquidação de passagens à Companhia Nacional de Navegação; de 248.760,95, por inerentes encargos, à Compa-

nhia Colonial de Navegação; e 60.264,35 para o Conselho administrativo dos Correios e Telégrafos da colónia.

Moçambique

Foi aberta uma estação telégrafo-postal, de 3.ª classe em Iapala, estação dos Caminhos de Ferro do mesmo nome, no distrito de Moçambique, província do Niassa.

• Os fundos da Comissão de Assistência e Previdência do Funcionalismo de Moçambique fecharam no ano findo com o saldo de 31.255\$65.

• Foram organizados os serviços de indústria, minas e geologia, em harmonia com a nova divisão administrativa da colónia de Moçambique.

• Com sede em Lourenço Marques, foi constituída com o capital social de 51.000\$ uma firma sob a denominação de "Ismail Murrá, Ltd.,".

Índia

Foram enviadas pela Casa da Moeda de Lisboa, para o Estado da Índia: 150.000 fôlhas de papel selado. Brevemente, satisfazendo requisições, vão ser expedidas grandes quantidades de estampilhas de várias taxas.

• O juiz desembargador Carlos Augusto Campelo de Andrade, foi nomeado presidente da Relação de Nova Goa.

Macau

Segundo notícias recebidas de Macau devido à baixa da pataca que está actualmente a menos de 7\$00, o custo de vida naquela colónia tem aumentado bastante.

Timor

Em Timor a produção do milho e do arroz foi muito elevada estando o governador a tratar de promover a exportação desses cereais.

Está o nosso Congo em perigo?

(Conclusão da página 28)

dados, de numerosos oficiais, sub-officiais, apresenta-se para ocupar o posto e intenta primeiro parlamentar.

—Rende-te, diz o comandante, de contrário morrerás tu e os teus soldados: tenho forças esmagadoras às minhas ordens.

—Não posso, respondeu Bunza—recebi ordem para aguentar até à morte.

—Mas, estás em território meu e se não te entregas, pior para ti, morrerás.

—Se estou em território teu, vem tomá-lo, respondeu altivamente o sargento, o qual, sem esperar por mais, passou rapidamente a atacar com processos que desmortearam completamente o inimigo, que teve que fugir.

O moral do caso, quer dizer, que se um Ferrabraz qualquer, nos vem dizer: "Entreguem o nosso Congo, tenhamos a coragem, como o Bunza de responder: Venham tomá-lo: temos a certeza que o saberemos guardar custe o que custar.

Sobretudo, estamos bem preparados, tanto no que diz respeito à África, como à Bélgica.

GENERAL JOSHUÉ HENRY

